



Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar, CEP 04538-132 - São Paulo - SP



Conteúdo

Relatório da diretoria	03
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	06
Relatório comitê de auditoria	12
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações de resultados	15
Demonstrações de resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	18
2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	18
3 Consolidação das demonstrações financeiras	18
4 Descrição das principais práticas contábeis	18
5 Segregação entre circulante e não circulante	21
6 Caixa e equivalentes de caixa	22
7 Aplicações interfinanceiras de liquidez	22
8 Títulos e valores mobiliários	22
9 Instrumentos financeiros derivativos	24
10 Operações de crédito e garantias financeiras prestadas	26
11 Carteira de câmbio	27
12 Outros ativos	28
13 Imposto de renda e contribuição social diferidos	28
14 Depósitos de clientes e instituições financeiras	29
15 Obrigações por empréstimos e repasses	29
16 Obrigações por operações compromissadas	29
17 Outros passivos	29
18 Provisões diversas	30
19 Contingências passivas	30
20 Transações com partes relacionadas	31
21 Patrimônio líquido	33
22 Imposto de renda e contribuição social correntes	34
23 Outras informações	34
24 Gerenciamento de riscos	35
25 Eventos subsequentes	38
Diretoria e Contadora	39



Relatório da Diretoria

Introdução:

Senhores, Autoridades e Clientes,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão (“Banco”, “Instituição”, “Deutsche” ou “Deutsche Bank Brasil”) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 4.

Nosso objetivo com esse relatório é, além de cumprir as determinações legais, prestar mais informações sobre o desenvolvimento de nossos negócios.

Mensagem da Administração – CEO:

O primeiro semestre de 2023 foi caracterizado por um maior nível de volatilidade nos mercados. Eventos internacionais como a crise dos bancos regionais nos EUA, e a inadimplência do Credit Suisse afetaram o sentimento de negócios e a atividade negativamente. O Brasil também vivenciou um aumento da inadimplência em certos setores, que por enquanto não afetou o Deutsche devido à alta qualidade da nossa carteira de clientes. Também tivemos um momento de orgulho, superando mais do R\$ 1 bilhão em financiamentos vinculados a indicadores de sustentabilidade, ou ESG, no Brasil. Enquanto continuamos a ver um efeito positivo das taxas de juros altas, o volume de clientes e transações aumentou ao mesmo tempo, especialmente no segundo trimestre. A aprovação do grupo Deutsche Bank de um aumento do nosso capital (EUR 100 milhões), após o mesmo montante no ano passado, nos possibilitará alcançar nossas metas para o ano de 2023, mantendo um olho nos custos.

Destaques do semestre:

• Resultado do semestre

No semestre findo em 30 de junho de 2023, o Banco registrou Lucro Líquido (em milhares de Reais) correspondente a R\$ 21.529 (junho 2022 – R\$ 57.604), equivalente a R\$ 0,02 (junho 2022 – R\$ 0,05) por ação, e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) anualizada de 1,72% (junho 2022 – 4,90%).

Pela perspectiva das áreas de negócio presentes na estrutura, a área de Corporate Bank (empréstimos, fianças e cartas de crédito, financiamento à cadeia de suprimento, gestão de conta corrente e custódia) registrou resultados abaixo do esperado para o primeiro semestre de 2023, isso se deve principalmente pela volatilidade no ambiente econômico e político, é esperado que o aporte de capital recebido em julho de 2023 e a melhora do ambiente externo suportem uma retomada na geração de resultados do segundo semestre, possibilitando novas transações da carteira de crédito (principalmente nas operações de financiamento à exportação bem como em fianças específicas) e possibilitem maiores fluxos de investidores estrangeiros. Já a área de Investment Bank (mesas de câmbio, derivativos, estruturação e renda fixa) foi impactada pelas condições e volatilidade do cenário macroeconômico, apresentando uma performance abaixo do esperado para final do ano. Conforme já mencionado, a melhora no ambiente externo trará novas oportunidades de geração de resultado, para o Investment Bank, já é notável nos últimos meses um incremento na receita, possibilitando que a meta proposta seja alcançada. A alta taxa CDI continua impactando significativamente os ganhos referente aos juros sobre o capital.

É importante ressaltar que no primeiro semestre de 2023, o Lucro Líquido foi impactado por maiores custos administrativos, principalmente em razão aos impostos relacionado ao preço de transferência, uma vez que houve um impacto significativo de impostos sobre o pagamento efetivo dos serviços (que na maioria dos casos já haviam sido reconhecidos/provisionados) de custos de plataformas globais alocados para a entidade local de acordo com as atividades prestadas.

• Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido encerrou o primeiro semestre de 2023 em R\$ 2,5 bilhões, comparado com R\$ 2,5 bilhões em dezembro de 2022.

• Patrimônio de Referência e Índice de Basileia

De acordo com a Resolução CMN nº 4.955/21, o Banco apurou um Patrimônio de Referência no valor de R\$ 2,5 bilhões em junho de 2023 (dezembro de 2022 – R\$ 2,5 bilhões). Em 30 de junho de 2023, o Índice da Basileia e a Razão de Alavancagem do Banco, cujos cálculos são definidos pelo CMN e BACEN, foram apurados em 20,14% e 12,22%, respectivamente (dezembro de 2022 – 29,32% e 16,02%, respectivamente).

Ativos e fontes de recursos:

No semestre findo em 30 de junho de 2023, o Banco apresentou um total de ativos de R\$ 20,9 bilhões (dezembro de 2022 – R\$ 17,5 bilhões).

No Ativo, destacamos as seguintes linhas de variações em instrumentos financeiros no semestre:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez – Aumento no portfólio em aproximadamente R\$ 1,7 bilhões, decorrente principalmente de operações compromissadas com o objetivo de gestão do caixa;
- Derivativos – Aumento no portfólio em aproximadamente R\$ 2,8 bilhões, decorrente substancialmente das variações dos valores de mercado (PTAX) e pelo registro de novas operações a termo de títulos públicos; e
- Carteira de câmbio/arbitragem (incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio) – O saldo da carteira em junho de 2023 apresentou uma queda de R\$ 0,7 bilhão decorrente, principalmente, da variação nas operações de arbitragem.



No Passivo, destacamos as seguintes linhas de variações em depósitos e demais instrumentos financeiros no semestre:

- Derivativos – Aumento no portfólio em aproximadamente R\$ 2,2 bilhões, decorrente substancialmente das variações dos valores de mercado (PTAX) e pelo registro de novas operações a termo de títulos públicos;
- Obrigações por empréstimos e repasses – Aumento de aproximadamente R\$ 1,8 bilhões, decorrente, principalmente, do aumento em obrigações por tomada de linha junto a entidades ligadas sediadas no exterior; e
- Carteira de câmbio/arbitragem (incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio) – O saldo da carteira em junho de 2023 apresentou uma queda de R\$ 0,9 bilhão decorrente, substancialmente, da variação nas operações de arbitragem.

Governança Corporativa – Comitê de Auditoria:

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.910/21, encontra-se instalado o Comitê de Auditoria do Banco (“Comitê”), ao qual compete, dentre outras atribuições, zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos.

O relatório que contempla as atividades exercidas pelo Comitê acompanha as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2023, as quais foram aprovadas por esse Comitê em reunião realizada em 24 de agosto de 2023.

Gestão Corporativa de Risco:

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III, a Instituição vem atualizando suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, cumprindo o cronograma delineado pelos reguladores, quanto à obtenção e divulgação de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e nas análises dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, social, ambiental e climático.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles e mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das linhas de negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm objetivos direcionados a subsidiar a diretoria executiva, órgãos supervisores, auditorias e clientes do Banco, de informações que delineiam a gestão corporativa dos riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

Conforme determinado pelo Banco Central as estruturas das áreas de gestão de riscos e gerenciamento de capital do Banco, assim como a divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678/13, revogada a partir de 01/01/2020 pela Circular nº 3.930/19, no âmbito da Resolução nº 4.557/17, também estão disponíveis no endereço de acesso público: <https://www.db.com/brazil/index.html#governancacorporativa>.

Atuação:

Presente no Brasil desde 1911, o Deutsche Bank é um banco múltiplo com carteira comercial e de investimento. No país, atua na estruturação de operações no mercado financeiro, além de operações de tesouraria e financiamento. Oferece também serviços de gerenciamento de caixa, câmbio e derivativos, originação e estruturação de operações.

Com estrutura global e experiência local, o Deutsche Bank Brasil oferece soluções inovadoras para grandes empresas nacionais e internacionais, instituições financeiras, investidores locais e estrangeiros. Isto também permite que o Deutsche Bank responda às crescentes demandas de automação, expectativas regulatórias, bem como à necessidade dos clientes por padronização e transparência nas transações e pela execução de diferentes soluções financeiras. O Deutsche tem como missão ser o principal fornecedor global de soluções financeiras para os seus clientes, criando valor excepcional para acionistas, colaboradores e comunidades nos locais em que atua. Nesse sentido, o Deutsche Bank está comprometido na causa ESG e busca ser reconhecido como líder em questões ambientais e sociais para seus stakeholders. Tem como missão estabelecer a integridade ambiental e social, ao mesmo tempo em que promove uma cultura com propósito para seus funcionários. Possui o mandato de aconselhar funções de negócios e infraestrutura em questões de sustentabilidade e fornecer inteligência ESG sob medida para as necessidades de seus clientes.

Em complemento, a Instituição engloba o cliente como prioridade, está aberta a novas ideias e mudanças por meio da inovação e contém parceria e disciplina como pré-requisitos para fornecer um serviço de excelência, estando em linha com valores como integridade e desempenho sustentável.

O grupo Deutsche Bank é uma das maiores instituições financeiras do mundo. O Deutsche vem transformando seu modelo de negócios desde 2019. Como resultado, o Deutsche Bank está entrando em uma fase de crescimento sustentável, beneficiando-se de uma configuração mais enxuta e focada. O núcleo da estratégia de crescimento é expandir ainda mais a posição do Deutsche Bank como “Global Hausbank”. Como o banco líder na Alemanha com fortes raízes europeias e uma rede global com um conjunto abrangente de produtos, o Deutsche Bank pretende se tornar o primeiro ponto de contato em todas as questões financeiras, aspirando ajudar os clientes a navegar pelas mudanças geopolíticas e macroeconômicas e acelerar sua transição para uma economia mais sustentável e digitalizada.



Atividades culturais e sociais:

O Deutsche busca criar capital social em todas as regiões em que opera por meio do investimento em projetos culturais e sociais.

As ações de Responsabilidade Corporativa estão amparadas pelas unidades regionais do Banco e, globalmente, pela Fundação Deutsche Bank. No Brasil, o Deutsche Bank e a Fundação Deutsche Bank Américas atuam de maneira conjunta em projetos de entidades não governamentais sem fins lucrativos, em linha com a estratégia global de Responsabilidade Corporativa do Banco, relacionados às áreas de cidadania corporativa: Educação, Investimento Social, Arte & Música, Sustentabilidade e Voluntariado.

O Deutsche Bank Brasil realiza ações de Responsabilidade Corporativa por meio de iniciativas da Fundação Deutsche Bank e usando recursos de Leis de Incentivo Fiscal (FUMCAD, CONDECA, Lei do Esporte, Rouanet, Fundo do Idoso, PRONON e PRONAS).

Neste primeiro semestre destacamos a Campanha do Agasalho, onde nosso time de voluntários arrecadou recursos e doações para a compra de agasalhos e cobertores, que foram doados a duas instituições – Casa Florescer e Abrigo Bezerra de Menezes. Nesta iniciativa tivemos a participação de quase 2/3 dos colaboradores do DB no Brasil, que possibilitaram a aquisição de 342 conjuntos de moletom e 360 cobertores, todos doados a pessoas atendidas por estas instituições. Iniciamos também os preparativos para a Campanha do Alimento, que acontece ao longo do terceiro trimestre de 2023, e também do Voluntariado Corporativo, programado para Outubro. O foco da ação para este ano é apoiar projetos na área de Educação, e estamos trabalhando com alguns potenciais candidatos.

Na área cultural promovemos uma visita guiada de um grupo de funcionários e seus familiares à Sala São Paulo, quando os participantes puderam ouvir detalhes e histórias do belíssimo prédio que abriga a Fundação OSESP. Na sequência os participantes puderam assistir a uma apresentação da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo e testemunhar ao vivo a grandeza da Sala São Paulo.

Para mais informações sobre as atividades culturais e sociais do Deutsche Bank no Brasil, visite nossa "Home Page" www.db.com/brasil.

Responsabilidade Social, Ambiental e Climática:

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) do Deutsche Bank Brasil e com base nos critérios da Resolução CMN nº 4.945/21, o Banco assume o compromisso com a proteção social, ambiental e climática como parte de seu modelo de negócios, adequado à dimensão e à relevância de suas operações e complexidade de produtos, serviços e atividades. Dessa forma, o Banco exige que suas operações não se envolvam em atividades que possam causar danos à sociedade e seus indivíduos, através do desrespeito aos direitos humanos e/ou o bem-estar da população e, também, danos ao meio ambiente e/ou o patrimônio histórico.

Diante do acima exposto, a PRSAC descreve os princípios e diretrizes relativos aos tópicos sociais e ambientais, incluindo climáticos, do Banco na condução de seus negócios, de suas atividades, de seus processos, bem como de sua relação com as partes interessadas.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.945/21, a PRSAC pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: <https://country.db.com/brazil/governanca-corporativa/politicas-e-codigos-de-conduta>.

Canal de denúncias:

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859/20, o Banco oferece um canal de denúncias a seus colaboradores, clientes e fornecedores, por meio do qual podem ser reportadas quaisquer situações que, na visão do denunciante, representem práticas inadequadas de qualquer natureza, sejam elas relativas a negócios, relações entre colaboradores, descumprimento de normas etc.

Este canal de denúncias protege o anonimato do denunciante e garante a não retaliação em todas as formas.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: <https://country.db.com/brazil/canal-de-denuncia>.

Home Page:

Convidamos nossos clientes e parceiros a visitarem nossa "Home Page" www.db.com/brasil, por meio da qual temos satisfação em disponibilizar informações detalhadas sobre as atividades operacionais e demonstrações financeiras do Deutsche Bank no Brasil.

São Paulo, 24 de agosto de 2023.

Diretoria na presente data:

Stephan Wilken – Diretor-Presidente

Eduardo Saito

Elaine Nascimento – Diretora responsável pela contabilidade

Guilherme Bernasconi Daniel

Jaime Castromil Lassala

Ricardo Andrade Cunha

Rui Fernando Ramos Alves



**Building a better
working world**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Bank S.A. -Banco Alemão em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com o determinado pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2023, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 2.487.006 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 14.567 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela diretoria em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; e (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim

como a respectiva divulgação na nota explicativa nº10 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, para as quais as diferenças temporárias são decorrentes principalmente de despesas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e benefícios pós-emprego.

Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa nº13 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia (“ITGCs”) implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliarem na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do Semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marília Soares', is written over a faint, circular blue stamp.

Marília Nascimento Soares
Contadora CRC-SP301194/O



Documento:	Relatório do Comitê de Auditoria
Diretor Estatutário Responsável:	RUI FERNANDO RAMOS ALVES
Diretoria Estatutária:	JAIME CASTROMIL LASSALA
Data-Base do Relatório:	30 de junho de 2023

Introdução

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910/21, encontra-se instalado o Comitê de Auditoria do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"). As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e dos demais comitês corporativos assim como nas suas próprias análises.

Atividades do Comitê

Compete ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna, pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos. Nesse contexto, o Comitê reuniu-se, no mínimo, trimestralmente durante o primeiro semestre de 2023 e realizou a reunião de encerramento no dia 24 de agosto de 2023.

Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

O Comitê considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos de auditoria interna e nos relatórios produzidos pela auditoria externa, bem como devidamente suportado pelas informações e relatórios dos comitês corporativos do Banco, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Banco.

Auditoria Externa

O Comitê discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2023. Os principais pontos discutidos relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos, assim como da apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras.

**Auditoria Interna**

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisa o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações.

Demonstrações Financeiras

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Controles Internos e Auditorias Interna e Externa, para análise das demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2023. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à preparação e apresentação de tais demonstrações, incluindo a análise das principais práticas contábeis e o atendimento pelo Banco dos regulamentos e da legislação aplicável. O Comitê constatou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Conclusão

Com base nas considerações acima, e em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, o Comitê entende que as demonstrações contábeis apresentadas para o encerramento do primeiro semestre de 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes e recomenda sua aprovação à Diretoria Executiva.

São Paulo, 24 de agosto de 2023

JAIME CASTROMIL LASSALA
Diretor

RUI FERNANDO RAMOS ALVES
Diretor



Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Junho 2023	Dezembro 2022
Ativo			
Disponibilidades	6	131.759	202.518
Instrumentos financeiros		20.148.407	16.598.179
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	7	4.389.689	2.648.398
Títulos e valores mobiliários.....	8	4.159.896	4.174.667
Instrumentos financeiros derivativos.....	9	5.133.139	2.377.691
Títulos e créditos a receber.....	10	811.143	1.072.284
Operações de crédito.....	10	1.082.126	1.049.245
Carteira de câmbio.....	11	4.572.414	5.275.894
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(14.567)	(12.325)
Ativos fiscais correntes e diferidos		136.265	157.868
Impostos e contribuições a compensar.....		28.059	45.847
Imposto de renda e contribuição social – Diferido.....	13	108.206	112.021
Outros ativos	12	505.761	546.071
Imobilizado de uso		20.610	20.113
Outras imobilizações de uso.....		44.286	41.828
Depreciações acumuladas.....		(23.676)	(21.715)
Total do ativo		20.928.235	17.512.424

	Nota	Junho 2023	Dezembro 2022
Passivo e patrimônio líquido			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		17.771.112	14.414.985
Depósitos de clientes e instituições financeiras.....	14	2.427.695	3.210.057
Obrigações por empréstimos e repasses.....	15	5.692.775	3.856.590
Obrigações por operações compromissadas.....	16	954.819	-
Instrumentos financeiros derivativos.....	9	4.690.346	2.444.673
Carteira de câmbio.....	11	4.005.477	4.903.665
Provisões	18	210.658	190.280
Obrigações fiscais		91.631	122.335
Imposto de renda e contribuição social – Corrente.....		20.398	50.334
Imposto de renda e contribuição social – Diferido.....	13	56.569	56.041
Outras obrigações fiscais.....		14.664	15.960
Outros passivos	17	355.130	307.625
Patrimônio líquido		2.499.704	2.477.199
Capital social.....	21(a)	1.644.551	1.644.551
Reservas de lucros.....	21(b)	832.952	831.876
Outros resultados abrangentes.....	21(c)	1.748	772
Lucros acumulados.....		20.453	-
Total do passivo e patrimônio líquido		20.928.235	17.512.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações de resultado em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Junho 2023	Junho 2022
Receitas de intermediação financeira		706.287	162.565
Operações de crédito		89.807	76.930
Resultado de operações de câmbio	23(i)	229.829	(46.787)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		197.605	36.105
Títulos e valores mobiliários		184.180	93.491
Aplicações em moedas estrangeiras		4.866	2.826
Despesas de intermediação financeira		(557.718)	3.156
Operações de captação no mercado		(141.230)	(126.786)
Operações de empréstimos e repasses		(84.517)	(8.704)
Instrumentos financeiros derivativos	9(f)	(319.060)	145.051
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10(a)	(12.911)	(6.405)
Resultado bruto de intermediação financeira		148.569	165.721
Outras receitas/(despesas) operacionais		(103.060)	(27.499)
Receitas de prestação de serviços	23(b)	48.067	53.271
Benefícios a empregados	23(c)	(88.340)	(69.091)
Outras despesas administrativas	23(e)	(75.353)	(56.636)
Despesas tributárias	23(f)	(24.955)	(17.778)
Provisões/reversões de provisões para contingências	19	(1.887)	17.127
Outras receitas operacionais	23(g)	76.914	59.645
Outras despesas operacionais	23(h)	(37.506)	(14.037)
Resultado operacional		45.509	138.222
Resultado não operacional		(32)	44
Resultado antes dos tributos e participações		45.477	138.266
Imposto de renda e contribuição social		(23.948)	(80.662)
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	22	(20.398)	(31.950)
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	22	(3.550)	(48.712)
Lucro líquido do semestre		21.529	57.604
Quantidade de ações	21(a)	1.119.390.296	1.119.390.296
Lucro por ação básico – R\$	21(e)	0,02	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Junho 2023	Junho 2022
Lucro líquido do semestre	21.529	57.604
Outros resultados abrangentes	976	3.974
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente ao resultado		
T.V.M. disponíveis para venda – Líquido do efeito tributário	976	3.974
Resultado abrangente do semestre	22.505	61.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.644.551	655.735	(11.740)	-	2.288.546
Ajuste de avaliação patrimonial						
Títulos disponíveis para venda.....		-	-	3.974	-	3.974
Lucro líquido do semestre		-	-	-	57.604	57.604
Destinação do lucro líquido						
Constituição de reserva legal.....	21(b)	-	2.880	-	(2.880)	-
Saldos em 30 de junho de 2022		1.644.551	658.615	(7.766)	54.724	2.350.124
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.644.551	831.876	772	-	2.477.199
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda.....		-	-	976	-	976
Lucro líquido do semestre		-	-	-	21.529	21.529
Destinação do lucro líquido		-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal.....	21(b)	-	1.076	-	(1.076)	-
Saldos em 30 de junho de 2023		1.644.551	832.952	1.748	20.453	2.499.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos fluxos de caixa em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Junho 2023	Junho 2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre		55.980	167.845
Lucro líquido do semestre		21.529	57.604
Ajustes ao lucro líquido		34.451	110.241
Despesas de depreciação e amortização	23(e)	1.966	1.820
Provisão/reversão de provisão para passivos contingentes		1.887	(17.127)
Despesas com atualização monetária de processos judiciais	23(h)	2.797	1.434
Receitas com atualização depósitos judiciais	23(g)	(11.578)	(8.833)
Receitas com atualização taxa Selic – tributos	23(g)	(721)	(562)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		123.869	133.838
Efeitos da variação cambial nas operações de câmbio - Ativo		(76.756)	(79.542)
Efeitos da variação cambial nas operações de câmbio – Passivo		83.829	8.995
Efeitos da variação cambial nos empréstimos e repasses		(107.303)	15.101
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10(a)	12.911	6.405
Impostos diferidos		3.550	48.712
Variação de ativos e passivos		(409.317)	(182.741)
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros		(501.804)	40.223
(Aumento)/redução em ativos e obrigações fiscais correntes		1.856	52.051
(Aumento)/redução em ativos e passivos fiscais diferidos		792	(16.636)
(Aumento)/redução em outros ativos		51.886	(58.141)
(Redução)/aumento em outros passivos		47.505	(187.529)
(Redução)/aumento em provisões		5.027	5.057
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.579)	(17.766)
Caixa (utilizado)/gerado nas atividades operacionais		(353.337)	(14.896)
Atividades de investimento			
Baixas em imobilizado de uso		(2.463)	(1.207)
Caixa utilizado nas atividades de investimento		(2.463)	(1.207)
Atividades de financiamento			
(Redução)/aumento em obrigações por empréstimos e repasses		1.943.488	(166.933)
Caixa (utilizado)/gerado nas atividades de financiamento		1.943.488	(166.933)
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa		1.587.688	(183.036)
Início do período		2.667.922	1.650.272
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(123.869)	(133.838)
Fim do período	6	4.131.741	1.333.398
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa		1.587.688	(183.036)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"), com sede em São Paulo - SP, está organizado sob a forma de banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio. O Banco é uma subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft com sede em Frankfurt - Main, Alemanha.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto e os valores de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, às aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações em operações compromissadas, com conversibilidade imediata, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, e às reservas no BACEN.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução do BACEN nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com a do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 24 de agosto de 2023.

a. Normas aplicáveis a exercícios futuros

Em 25 de novembro de 2021 foi emitida a Resolução CMN nº 4.966, norma esta convergente aos padrões internacionais e que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Tal normativo entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

Conforme estabelecido pelo artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco elaborou um plano para a implementação da regulamentação contábil nela estabelecida, cujas principais etapas são a seguir elencadas:

- **Análise e diagnóstico das principais alterações:** Nessa primeira fase buscou-se comparar as regras ora em vigor vs. os novos conceitos e critérios contábeis estabelecidos por meio da Resolução nº 4.966/2021 de modo a mapear, inicialmente, os principais produtos e sistemas impactados. Nesse sentido, foram avaliados os principais temas relacionados à nova regulamentação, dentre eles, classificação e mensuração de instrumentos financeiros, adequação da metodologia para constituição de perdas esperadas, contabilidade de hedge e divulgação de informações. Foram identificadas, ainda, as áreas responsáveis envolvidas no processo de migração e implementação do referido normativo.
- **Execução do plano:** No decorrer da efetiva implementação da regulamentação estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021 conforme análise e diagnóstico acima, serão efetuadas adaptações de processos e testes sistêmicos de forma a garantir a correta aplicação dos conceitos e critérios trazidos pelo novo arcabouço normativo.

Convém destacar que a efetiva execução do plano de adequação/migração para os requisitos trazidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 ainda depende da emissão, pelo BACEN, de normativos complementares à referida norma e da adoção de medidas julgadas necessárias à execução do disposto no referido normativo, tais como, a reestruturação do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil ("COSIF").

Nesse sentido, em 28 de março de 2023, o BACEN emitiu a Resolução BCB nº 309 que estabelece procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

De acordo com o artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, conforme redação dada pela Resolução CMN nº 5.019/2022, o plano para implementação da regulamentação contábil estabelecida no referido normativo foi devidamente aprovado pela Diretoria do Banco em dezembro de 2022 e permanece à disposição do BACEN.

3. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco estão apresentadas de forma individual. As atividades da Agência no exterior – Uruguai foram encerradas em 2017, sendo que a repatriação dos investimentos ocorreu entre os exercícios de 2016 e 2017. Em 27 de janeiro de 2023, o Banco Central do Uruguai concluiu o processo de encerramento da agência mediante a assinatura da liberação da garantia.

4. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Principais práticas contábeis:

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O BACEN aprovou os seguintes pronunciamentos: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, CPC 41 - Resultado por Ação, CPC 46 - Mensuração do valor Justo e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.



Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional editou as resoluções abaixo visando à redução de assimetrias em relação aos padrões internacionais:

Resolução nº 3.533/08 - Estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Resolução nº 4.512/16 - Dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas.

Resolução nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.

Resolução nº 4.534/16 e 4.535/16 - Dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, ativo diferido e ativo imobilizado de uso.

Resolução nº 4.747/19 - Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda. Esta resolução entrou em vigor na data de 01 de janeiro de 2021.

Resolução nº 4.818/20 e Resolução do BACEN nº 2/2020 - Dispõem sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras

Resolução nº 4.910/21 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução nº 4.924/21 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução nº 4.966/21 - Dispõe sobre os conceitos contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Convém destacar que, à exceção dos artigos referentes à mensuração de investimentos mantidos para venda e ao plano para implementação da regulamentação contábil estabelecida pelo normativo em questão, a Resolução nº 4.966/21 entra em vigor em 1º de janeiro de 2025 (nota 2 (a)).

Resolução nº 4.967/21 - Dispõe sobre os critérios a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no reconhecimento, na mensuração e na evidência contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado.

Resolução nº 4.975/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esse normativo entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

Convém destacar que, em 04 de novembro de 2022, foi publicada a Instrução Normativa BCB nº 319, que revoga a Carta Circular nº 3.429/2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 busca convergência ao IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. Dessa forma, referido normativo esclarece que, o passivo relativo às obrigações tributárias objeto de discussão judicial somente deve ser reconhecido contabilmente caso seja provável a saída de recursos para liquidar a respectiva obrigação, devendo a avaliação dessa probabilidade ser efetuada pela própria instituição sujeita a honrar a obrigação no futuro. Esse normativo entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização do imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em conta corrente, aplicações em moedas estrangeiras e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

c. Instrumentos financeiros

• Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração nas categorias de títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

O Banco apresenta em sua carteira as seguintes categorias:

- i) Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.
- ii) Títulos disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“accrual”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.
- iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.



• Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (“*hedge*”).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são avaliadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Adicionalmente, em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos efetuados como “*hedge*” de risco de mercado são realizados para atender as demandas de clientes, bem como atender as necessidades de administrar a exposição global de risco.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionados às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como “*hedge*” de acordo com sua natureza:

- i) “*Hedge*” de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.
- ii) “*Hedge*” de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de “*hedge*” dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, são contabilizadas pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do “*hedge*” é reconhecida diretamente na demonstração de resultados.

No primeiro semestre de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve “*hedge accounting*”.

• Aplicações interfinanceiras de liquidez, depósitos e captações no mercado aberto

As operações prefixadas são registradas pelo valor do principal acrescido pelos respectivos encargos, retificadas pelas rendas/despesas a apropriar, cuja apropriação pro rata dia é reconhecida no decorrer dos prazos contratuais.

As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal e acrescidas de encargos contratuais pro rata dia.

• Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações de venda e transferência de ativos financeiros com retenção substancial de todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação são registradas e demonstradas conforme determina a Resolução CMN nº 3.533/08, que está em vigor desde 1º de janeiro de 2012:

- i) As receitas são apropriadas mensalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente das operações de acordo com as taxas contratuais pactuadas; e
- ii) Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do semestre, pelo prazo remanescente da operação.

No primeiro semestre de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve compras de ativos financeiros, conforme descrito na nota 10 (b).

d. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de operações de empréstimos, financiamentos, repasses e adiantamentos sobre contratos de câmbio. Foram observadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados às garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução CMN nº 4.512/16. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. As classificações das operações estão consoantes aos requerimentos aplicados da Resolução CMN nº 2.682/99.

e. Saldos em moedas estrangeiras

Os valores (ativos e passivos) em moedas estrangeiras estão atualizados às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do período e são acrescidas de encargos contratuais atualizados pro rata dia.

f. Imobilizado de uso e depreciações acumuladas

Até dezembro de 2016 o ativo imobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais eram de 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução CMN nº 4.535/16, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

g. Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.



h. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

No dia 1º de março de 2021, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.034 pela qual passam a vigorar novas alíquotas de CSLL. Para a contribuição social ficou estabelecida a alíquota de 25% até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% a partir do dia 1º de janeiro de 2022.

No dia 28 de abril de 2022, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115 que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, determinando a aplicação, até 31 de dezembro de 2022, da alíquota da CSLL equivalente a 21% (vinte e um por cento), no caso de bancos de qualquer espécie.

i. Redução ao valor recuperável de ativos – "Impairment"

O CPC 01, conforme recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos – "impairment".

De acordo com a Resolução, os ativos são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por "impairment" ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. A Administração avalia anualmente os ativos para fins de "impairment". Para o semestre findo em 30 de junho de 2023, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

5. SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos circulantes e não circulantes a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou em prazo superior a 12 meses são compostos conforme segue:

	Junho 2023	Circulante	Não circulante	Dezembro 2022	Circulante	Não circulante
Disponibilidades	131.759	131.759	-	202.518	202.518	-
Instrumentos financeiros	20.148.407	17.961.489	2.186.918	16.598.179	14.546.609	2.051.570
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	4.389.689	4.389.689	-	2.648.398	2.648.398	-
Títulos e valores mobiliários.....	4.159.896	3.387.070	772.826	4.174.667	3.332.116	842.551
Instrumentos financeiros derivativos.....	5.133.139	4.162.433	970.706	2.377.691	1.762.989	614.702
Títulos e créditos a receber.....	811.143	772.950	38.193	1.072.284	1.043.480	28.804
Operações de crédito.....	1.082.126	776.919	305.207	1.049.245	736.607	312.638
Carteira de câmbio.....	4.572.414	4.472.428	99.986	5.275.894	5.023.019	252.875
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(14.567)	(1.781)	(12.786)	(12.325)	(2.013)	(10.312)
Ativos fiscais correntes e diferidos	136.265	14.649	121.616	157.868	45.847	112.021
Impostos e contribuições a compensar.....	28.059	14.649	13.410	45.847	45.847	-
Imposto de renda e contribuição social – Diferido.....	108.206	-	108.206	112.021	-	112.021
Outros ativos	505.761	150.472	355.289	546.071	229.933	316.138
Imobilizado de uso	20.610	-	20.610	20.113	-	20.113
Outras imobilizações de uso.....	44.286	-	44.286	41.828	-	41.828
Depreciações acumuladas.....	(23.676)	-	(23.676)	(21.715)	-	(21.715)
Total do ativo	20.928.235	18.256.588	2.671.647	17.512.424	15.022.894	2.489.530
	Junho 2023	Circulante	Não circulante	Dezembro 2022	Circulante	Não circulante
Depósitos e demais instrumentos financeiros	17.771.112	13.864.640	3.906.472	14.414.985	13.288.308	1.126.677
Depósitos de clientes e instituições financeiras.....	2.427.695	1.923.267	504.428	3.210.057	2.897.558	312.499
Obrigações por empréstimos e repasses.....	5.692.775	2.892.767	2.800.008	3.856.590	3.689.122	167.468
Obrigações por operações compromissadas.....	954.819	954.819	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos.....	4.690.346	4.186.418	503.928	2.444.673	2.050.787	393.886
Carteira de câmbio.....	4.005.477	3.907.369	98.108	4.903.665	4.650.841	252.824
Provisões	210.658	13.072	197.586	190.280	65.647	124.633
Obrigações fiscais	91.631	35.062	56.569	122.335	66.294	56.041
Imposto de renda e contribuição social – Corrente.....	20.398	20.398	-	50.334	50.334	-
Imposto de renda e contribuição social – Diferido.....	56.569	-	56.569	56.041	-	56.041
Outras obrigações fiscais.....	14.664	14.664	-	15.960	15.960	-
Outros passivos	355.130	332.726	22.404	307.625	299.137	8.488
Patrimônio líquido	2.499.704	-	-	2.477.199	-	-
Capital Social.....	1.644.551	-	-	1.644.551	-	-
Reservas de lucros.....	832.952	-	-	831.876	-	-
Outros resultados abrangentes.....	1.748	-	-	772	-	-
Lucros acumulados.....	20.453	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	20.928.235	14.245.500	4.183.031	17.512.424	13.719.386	1.315.839



6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores de caixa e equivalentes de caixa, apresentados nas Demonstrações dos Fluxo de Caixa, são compostos conforme segue:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Dezembro 2022</u>
Banco Central do Brasil – Reservas livres, compulsórias e recolhimentos obrigatórios.....	5.498	21.725
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras (a).....	126.261	180.793
Aplicações em operações compromissadas (b) (nota 7)	3.999.982	2.465.404
Saldo de caixa e equivalentes de caixa.....	<u>4.131.741</u>	<u>2.667.922</u>

(a) Em 30 de junho de 2023, o montante de R\$ 103.300 refere-se a transações com partes relacionadas (dezembro 2022 – R\$ 163.693) (nota 20 (a)).

(b) Referem-se a aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Os lastros que compõem o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstrados conforme segue:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Dezembro 2022</u>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.499.987	600.099
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	1.899.999	600.101
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B).....	650.891	1.265.204
Subtotal – Operações compromissadas.....	<u>4.050.877</u>	<u>2.465.404</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12.099	47.650
Aplicações em moedas estrangeiras (nota 20 (a)).....	326.713	135.344
Subtotal – Depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras.....	<u>338.812</u>	<u>182.994</u>
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez.....	<u>4.389.689</u>	<u>2.648.398</u>

b. A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento é demonstrada conforme segue:

	<u>Custo atualizado</u>	<u>Junho 2023</u>		
		<u>Valor contábil por faixa de vencimento</u>		
		<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Total</u>
Aplicações em operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.499.987	1.499.987	-	1.499.987
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	1.899.999	1.899.999	-	1.899.999
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	650.891	599.996	50.895	650.891
Subtotal.....	<u>4.050.877</u>	<u>3.999.982</u>	<u>50.895</u>	<u>4.050.877</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras				
Depósitos interfinanceiros.....	12.099	-	12.099	12.099
Moedas estrangeiras.....	326.713	326.713	-	326.713
Subtotal.....	<u>338.812</u>	<u>326.713</u>	<u>12.099</u>	<u>338.812</u>
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez.....	<u>4.389.689</u>	<u>4.326.695</u>	<u>62.994</u>	<u>4.389.689</u>

	<u>Custo atualizado</u>	<u>Dezembro 2022</u>		
		<u>Valor contábil por faixa de vencimento</u>		
		<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Total</u>
Aplicações em operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	600.099	600.099	-	600.099
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	600.101	600.101	-	600.101
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1.265.204	1.265.204	-	1.265.204
Subtotal.....	<u>2.465.404</u>	<u>2.465.404</u>	<u>-</u>	<u>2.465.404</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras				
Depósitos interfinanceiros.....	47.650	-	47.650	47.650
Moedas estrangeiras.....	135.344	135.344	-	135.344
Subtotal.....	<u>182.994</u>	<u>135.344</u>	<u>47.650</u>	<u>182.994</u>
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez.....	<u>2.648.398</u>	<u>2.600.748</u>	<u>47.650</u>	<u>2.648.398</u>

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de títulos e valores mobiliários apresentada no balanço patrimonial está classificada de acordo com os critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.068/01.

Os títulos públicos federais estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). As debêntures e as cotas de Fundos de Investimento são custodiados na B3.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Os títulos privados são contabilizados pelo custo atualizado ou pelo respectivo valor justo estimado. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.



a. Composição por classificação e tipo

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	Junho 2023		Dezembro 2022	
	Custo	Valor	Custo	Valor
	atualizado	contábil	atualizado	contábil
Títulos para negociação	3.111.034	3.136.540	3.327.133	3.332.116
Carteira própria	1.241.479	1.245.462	2.266.180	2.266.912
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.030.637	1.031.659	2.170.643	2.171.337
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	13.268	13.457	304	299
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	197.574	200.346	95.233	95.276
Vinculados à prestação de garantias	1.869.555	1.891.078	1.060.953	1.065.204
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.341.661	1.350.922	938.764	940.958
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	209.941	216.852	-	-
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	317.953	323.304	122.189	124.246
Títulos disponíveis para venda	243.733	241.825	290.764	287.082
Carteira própria	201.357	199.508	161.165	160.196
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	90.575	89.452	-	-
Debêntures ⁽ⁱ⁾	110.782	110.056	161.165	160.196
Vinculados à prestação de garantias	42.376	42.317	129.599	126.886
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	4.767	4.708	90.994	88.281
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado ("FILCB")	37.609	37.609	38.605	38.605
Títulos mantidos até o vencimento	781.531	781.531	555.469	555.469
Carteira própria	781.531	781.531	555.469	555.469
Debêntures ⁽ⁱ⁾	781.531	781.531	555.469	555.469
Total	4.136.298	4.159.896	4.173.366	4.174.667

(i) As debêntures estão classificadas como títulos disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento e são avaliadas, respectivamente, pelo valor justo estimado ou custo amortizado. Caso as debêntures mantidas até o vencimento fossem avaliadas a valor de mercado apresentariam, em 30 de junho de 2023, um ajuste positivo de R\$ 53.745 (dezembro 2022 – R\$ 41.969). Em 30 de junho de 2023, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das debêntures foi de R\$ 11.545 (dezembro 2022 – R\$ 9.181) (nota 10 (d)).

b. Composição por prazo de vencimento

Os quadros apresentados a seguir consideram, para efeito de segregação por prazo, o vencimento de cada título.

	Junho 2023					
	Custo	Até 3	De 3 a 12	De 1 a 3	Acima de	Valor
	atualizado	meses	meses	anos	3 anos	contábil
Títulos para negociação ⁽ⁱⁱ⁾	3.111.034	380.574	1.569.936	530.995	655.035	3.136.540
Letras do Tesouro Nacional	2.372.298	380.574	1.569.936	401.290	30.781	2.382.581
Notas do Tesouro Nacional – Série B	223.209	-	-	8.939	221.370	230.309
Notas do Tesouro Nacional – Série F	515.527	-	-	120.766	402.884	523.650
Títulos disponíveis para venda	243.733	-	94.160	110.056	37.609	241.825
Debêntures	110.782	-	-	110.056	-	110.056
Letras do Tesouro Nacional	95.342	-	94.160	-	-	94.160
FILCB	37.609	-	-	-	37.609	37.609
Títulos mantidos até o vencimento	781.531	-	156.370	151.067	474.094	781.531
Debêntures	781.531	-	156.370	151.067	474.094	781.531
Total	4.136.298	380.574	1.820.466	792.118	1.166.738	4.159.896

	Dezembro 2022					
	Custo	Até 3	De 3 a 12	De 1 a 3	Acima de	Valor
	atualizado	meses	meses	anos	3 anos	contábil
Títulos para negociação ⁽ⁱⁱ⁾	3.327.133	877.794	555.155	1.689.105	210.062	3.332.116
Letras do Tesouro Nacional	3.109.407	831.125	555.155	1.674.501	51.514	3.112.295
Notas do Tesouro Nacional – Série B	304	-	-	247	52	299
Notas do Tesouro Nacional – Série F	217.422	46.669	-	14.357	158.496	219.522
Títulos disponíveis para venda	290.764	-	-	198.354	88.728	287.082
Letras do Tesouro Nacional	161.165	-	-	110.073	50.123	160.196
Letras Financeiras do Tesouro	90.994	-	-	88.281	-	88.281
FILCB	38.605	-	-	-	38.605	38.605
Títulos mantidos até o vencimento	555.469	-	-	151.099	404.370	555.469
Debêntures	555.469	-	-	151.099	404.370	555.469
Total	4.173.366	877.794	555.155	2.038.558	703.160	4.174.667

(ii) Títulos classificados na categoria para negociação e, assim, apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular BACEN nº 3.068/01.



9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo principal proporcionar aos clientes proteção contra eventuais riscos provenientes de oscilações de moeda e de taxa de juros. Além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração diária dos riscos assumidos em suas operações proprietárias.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) ou agente de mercado, quando necessário.

Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

Futuros e termo: cotações extraídas da B3;

Swap: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas pontas, utilizando-se preços da B3, descontando a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3;

Opções: O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do Banco Central do Brasil.

Demonstramos a seguir a composição da carteira de derivativos para o semestre e exercício findos em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

a. Composição por indexador:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Junho 2023</u> <u>Valor de referência</u>	<u>Dezembro 2022</u> <u>Valor de referência</u>
Operações de swap	980.950	(840.491)	16.309.262	13.894.040
CDI x USD.....	277.926	-	894.723	894.723
CDI x Libor.....	39.434	-	223.805	223.805
Pré x EUR.....	47.057	-	547.711	736.395
USD x Pré.....	-	(300.352)	1.691.083	1.691.083
USD x Libor.....	-	-	-	3.627.325
CDI x Pré.....	385	-	70.000	70.000
Libor x EUR.....	1.218	-	64.672	64.672
Libor x USD.....	-	-	-	3.627.325
Libor x CDI.....	-	(34.861)	168.305	168.305
Pré x CDI.....	-	(8.642)	391.451	391.451
Pré x USD.....	407.046	(290.088)	2.398.956	2.398.956
USD x TERM SOFR.....	3.138	(203.762)	4.929.278	-
TERM SOFR x USD.....	204.746	(2.786)	4.929.278	-
NDF de moeda	689.046	(385.155)	17.394.301	9.683.331
Posição comprada.....	1.717	(382.856)	6.123.593	4.484.580
Posição vendida.....	687.329	(2.299)	11.270.708	5.198.751
NDF de commodities	26.579	(25.248)	350.169	380.282
Posição comprada.....	26.401	(44)	175.402	190.419
Posição vendida.....	178	(25.204)	174.767	189.863
Opções de moeda	573	(573)	100.000	100.000
Compra de opção de compra.....	-	-	25.000	25.000
Venda de opção de compra.....	-	-	25.000	25.000
Compra de opção de venda.....	573	-	25.000	25.000
Venda de opção de venda.....	-	(573)	25.000	25.000
Opções de commodities	2.088	(2.088)	123.900	309.750
Compra de opção de compra.....	1.251	-	34.650	86.625
Venda de opção de compra.....	-	(1.251)	34.650	86.625
Compra de opção de venda.....	837	-	27.300	68.250
Venda de opção de venda.....	-	(837)	27.300	68.250
Futuros (1)	46.223	(220.587)	41.649.028	21.593.461
Posição comprada	1.205	(208.604)	17.245.950	11.975.771
Dólar (US\$).....	-	(39.254)	3.599.158	4.059.004
Cupom cambial – DDI.....	-	(150.511)	9.961.138	6.765.459
DI de 1 dia.....	1.205	-	1.650.611	1.151.308
WDO.....	-	(18.839)	2.034.901	-
DAP.....	-	-	142	-
Posição vendida	45.018	(11.983)	24.403.078	9.617.690
Cupom cambial – DDI.....	45.018	-	4.295.656	2.604.622
DI de 1 dia.....	-	(10.802)	19.964.915	5.045.121
DAP.....	-	(1.181)	142.507	1.967.947
Termo de título público	3.433.903	(3.436.791)	3.431.604	1.503.355
Compra a termo de títulos públicos.....	1.120.284	(1.117.985)	1.117.985	-
Venda a termo de títulos públicos.....	2.313.619	(2.318.806)	2.313.619	1.503.355
Total	5.179.362	(4.910.933)	79.358.264	47.464.219

(1) Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os valores a receber e a pagar referentes aos ajustes diários de futuros a liquidar junto à B3, acrescidos dos respectivos emolumentos, estão contabilizados na rubrica "Outros passivos – Negociação e intermediação de valores" (nota 12 (c)).



b. Composição do valor de referência por contraparte:

	Junho 2023				Total
	Instituições financeiras	Corporate/ Setor Público	Institucional	B3	
Operações de swap.....	2.240.031	6.327.514	7.741.717	-	16.309.262
NDF de moeda	-	17.259.440	134.861	-	17.394.301
NDF de commodities.....	-	175.402	174.767	-	350.169
Opções	-	111.950	111.950	-	223.900
Operações com futuros	-	-	-	41.649.028	41.649.028
Termo de título público	3.431.604	-	-	-	3.431.604
Total	5.671.635	23.874.306	8.163.295	41.649.028	79.358.264

	Dezembro 2022				Total
	Instituições financeiras	Corporate/ Setor Público	Institucional	B3	
Operações de swap.....	2.428.715	5.025.561	6.439.764	-	13.894.040
NDF de moeda	-	9.541.828	141.503	-	9.683.331
NDF de commodities.....	-	190.419	189.863	-	380.282
Opções	-	204.875	204.875	-	409.750
Operações com futuros	-	-	-	21.593.461	21.593.461
Termo de título público	1.503.355	-	-	-	1.503.355
Total	3.932.070	14.962.683	6.976.005	21.593.461	47.464.219

c. Composição do valor de referência por local de negociação:

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados e custodiados na B3:

	Junho 2023			Total
	Bolsa	Balcão		
Operações de swap.....	-	16.309.262	-	16.309.262
NDF de moeda	-	17.394.301	-	17.394.301
NDF de commodities.....	-	350.169	-	350.169
Opções	-	223.900	-	223.900
Operações com futuros	41.649.028	-	-	41.649.028
Termo de título público	-	3.431.604	-	3.431.604
Total	41.649.028	37.709.236	-	79.358.264

	Dezembro 2022			Total
	Bolsa	Balcão		
Operações de swap.....	-	13.894.040	-	13.894.040
NDF de moeda	-	9.683.331	-	9.683.331
NDF de commodities.....	-	380.282	-	380.282
Opções	-	409.750	-	409.750
Operações com futuros	21.593.461	-	-	21.593.461
Termo de título público	-	1.503.355	-	1.503.355
Total	21.593.461	25.870.758	-	47.464.219

d. Composição dos valores a receber e a pagar por prazo de vencimento:

	Junho 2023				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swaps.....	40.230	8.219	834.705	97.796	980.950
NDF de moeda e commodities.....	327.896	349.524	38.205	-	715.625
Opções	1.320	1.341	-	-	2.661
Termo de título.....	3.433.903	-	-	-	3.433.903
Total	3.803.349	359.084	872.910	97.796	5.133.139
Passivo					
Swaps.....	(290.088)	(90.290)	(422.466)	(37.647)	(840.491)
NDF de moeda e commodities.....	(166.608)	(199.980)	(43.815)	-	(410.403)
Opções	(1.320)	(1.341)	-	-	(2.661)
Termo de título.....	(3.436.791)	-	-	-	(3.436.791)
Total	(3.894.807)	(291.611)	(466.281)	(37.647)	(4.690.346)

	Dezembro 2022				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swaps.....	13.069	20.856	129.614	447.891	611.430
NDF de moeda e commodities.....	79.292	90.982	37.197	-	207.471
Opções	5.831	49.604	-	-	55.435
Termo de título.....	1.503.355	-	-	-	1.503.355
Total	1.601.547	161.442	166.811	447.891	2.377.691
Passivo					
Swaps.....	-	(371.768)	(90.196)	(265.896)	(727.860)
NDF de moeda e commodities.....	(59.497)	(60.408)	(37.794)	-	(157.699)
Opções	(5.831)	(49.604)	-	-	(55.435)
Termo de título.....	(1.503.679)	-	-	-	(1,503.679)
Total	(1,569.007)	(481.780)	(127.990)	(265.896)	(2,444.673)



e. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de *swap*, termo de moeda e *commodities*, opções e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	Junho 2023		Dezembro 2022	
	Valor de custo	Ganhos/(perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo				
Operações de <i>swap</i>	603.067	377.883	980.950	611.430
NDF (moeda e <i>commodities</i>).....	570.339	145.286	715.625	207.471
Opções.....	39.601	(36.940)	2.661	55.435
Termo de título.....	3.431.604	2.299	3.433.903	1.503.355
Total	4.644.611	488.528	5.133.139	2.377.691
Passivo				
Operações de <i>swap</i>	(618.557)	(221.934)	(840.491)	(727.860)
NDF (moeda e <i>commodities</i>).....	(334.860)	(75.543)	(410.403)	(157.699)
Opções.....	(42.767)	40.106	(2.661)	(55.435)
Termo de título.....	(3.431.604)	(5.187)	(3.436.791)	(1.503.679)
Total	(4.427.788)	(262.558)	(4.690.346)	(2.444.673)

f. Resultado com derivativos:

	Junho 2023	Junho 2022
Operações de <i>swap</i>	383.999	443.185
NDF de moeda e <i>commodities</i>	293.957	555.243
Futuros.....	(997.016)	(853.698)
Opções.....	-	321
Total	(319.060)	145.051

10. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

As operações de crédito, os adiantamentos sobre contrato de câmbio classificados como redutor de obrigações por compra de câmbio, bem como títulos e créditos a receber, classificados como outros créditos - diversos, têm seu perfil apresentados a seguir:

	Junho 2023	Dezembro 2022
Operações de crédito		
Empréstimos.....	802.104	846.303
Títulos descontados.....	132.452	168.102
Financiamentos à importação e exportação.....	147.570	34.840
Subtotal	1.082.126	1.049.245
Outros créditos		
Compra de recebíveis.....	811.143	1.072.284
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC/ACE) (nota 11).....	586.228	391.350
Rendas a receber de ACC (nota 11).....	7.507	11.077
Subtotal	1.404.878	1.474.711
Total de operações de crédito e outros créditos antes da provisão	2.487.004	2.523.956
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	(14.567)	(12.325)
Provisão para garantias prestadas (nota 17).....	(20.979)	(10.310)
Total	(35.546)	(22.635)

O Banco adota critérios de provisionamento específicos para operações cuja natureza e finalidade sejam distintas da classificação de crédito da contraparte, refletindo assim de maneira clara o risco de fato relacionado a estas operações de crédito. Para tanto, a estrutura da operação de crédito é avaliada, levando-se em consideração os mitigadores de risco, os quais reduzem significativamente o risco de crédito da operação, através da melhoria da classificação de crédito da operação em relação à contraparte.

a. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas

	Junho 2023	Dezembro 2022
Saldo inicial.....	(22.634)	(145.522)
Constituição no semestre / exercício.....	(19.263)	(14.807)
Reversões no semestre / exercício.....	6.351	137.694
Provisão para crédito, outros créditos e garantias prestadas	(35.546)	(22.635)

a.1 Resultado de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas

No semestre findo em 30 de junho de 2023 houve recuperação de crédito baixado para prejuízo no montante de R\$ 39 (junho de 2022 - zero). Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 não houve baixa para prejuízo nem renegociação de crédito.

b. Composição por modalidade e vencimento

Produto / Vencimento	Vencidos	A vencer até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 361 dias	Total
CCB.....	-	-	-	-	-	-	-	104.254	104.254
Capital de giro.....	-	20.010	6.485	31.887	2.586	36.867	139.997	138.771	376.603
Financiamento a imp./exp. (1).....	-	25.895	107.115	-	1.595	6.513	6.452	-	147.570
Conta garantida.....	-	2	-	40.455	15.942	211.482	50.070	3.227	321.178
Outros créditos e emp.	-	69	2.725	-	8	-	4.774	-	7.576
Recebíveis/títulos de crédito a receber (2).....	191	277.794	189.526	194.529	88.398	10.579	11.933	38.193	811.143
ACC/ACE (3).....	1.336	-	215.388	-	360	-	369.144	-	586.228
Títulos descontados.....	-	7.512	7.237	7.015	6.728	12.736	32.269	58.955	132.452
Total junho 2023	1.527	331.282	528.476	273.886	115.617	278.177	614.639	343.400	2.487.004
Total dezembro 2022	7.485	408.629	374.224	314.933	596.233	366.036	114.974	341.442	2.523.956

(1) Em 30 de junho de 2023, financiamento à importação e exportação corresponde a repasses sob a Resolução CMN nº 3.844/10 no montante de R\$ 132.789 (dezembro 2022 - R\$ 33.332) e a operações compror no montante de R\$ 14.781 (dezembro 2022 - R\$ 1.508).

(2) Em 30 de junho de 2023, recebíveis e títulos de crédito a receber referem-se à compra de recebíveis sem coobrigação no montante de R\$ 419.055 (dezembro 2022 - R\$ 683.853) e a operações de "Supplier finance" no montante de R\$ 392.088 (dezembro 2022 - R\$ 388.431).

(3) Em 30 de junho de 2023, rendas com ACC/ACE correspondem a R\$ 7.507 (dezembro 2022 - R\$ 11.077).



c. Distribuição dos produtos de crédito por atividade econômica

Atividade Econômica / Produto	Capital de giro	Financ. imp./exp.	Conta garantida	Outros créditos e emp.	Recebíveis/ Tit. créd. a receber	ACC/ ACE	Títulos descontados	CCB	Junho 2023	Dezembro 2022
Siderurgia e metalurgia	-	-	-	-	226	-	-	-	226	285
Comércio	-	25.845	33.619	-	120.402	-	-	-	179.866	176.650
Alimentos e bebidas	-	-	-	-	372.083	1.336	-	-	373.419	646.090
Máquinas e equipamentos	160.774	115.213	52.888	384	61.385	18.449	-	104.254	513.347	443.980
Outros	38.675	-	179.240	2.529	51.022	96.535	-	-	368.001	293.563
Químico e petroquímico	87.300	-	10.714	-	128.256	-	-	-	226.270	231.765
Eletroeletrônicos	-	6.512	44.717	69	3.352	-	132.452	-	187.102	201.179
Automotivo	75.295	-	-	4.395	71.771	349.720	-	-	501.181	514.318
Construção e imobiliário	14.559	-	-	-	-	-	-	-	14.559	14.549
Transportes	-	-	-	199	2.646	120.188	-	-	123.033	1.577
Total	376.603	147.570	321.178	7.576	811.143	586.228	132.452	104.254	2.487.004	2.523.956

d. Composição por faixa de vencimento e níveis de risco

Vencimento / Níveis de risco	AA	A	B	C	Junho 2023	Dezembro 2022
Vencidos	-	1.336	191	-	1.527	7.485
A vencer até 30 dias	320.327	6.300	4.653	2	331.282	408.629
De 31 a 60 dias	524.063	293	4.120	-	528.476	374.224
De 61 a 90 dias	272.563	-	1.323	-	273.886	314.933
De 91 a 120 dias	98.368	15.942	1.307	-	115.617	596.234
De 121 a 180 dias	153.736	-	124.441	-	278.177	366.035
De 181 a 360 dias	581.049	6.452	27.138	-	614.639	114.974
Acima de 361 dias	217.949	3.227	122.224	-	343.400	341.442
Total	2.168.055	33.550	285.397	2	2.487.004	2.523.956
Nível mínimo de provisionamento	0,00%	0,50%	1,00%	3,00%		
Total da provisão	-	168	2.854	-	3.022	3.144

Em 30 de junho de 2023, o total das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito corresponde a R\$ 14.567 (dezembro 2022 – R\$ 12.325). A diferença para o montante de R\$ 3.022 (dezembro 2022 – R\$ 3.144) demonstrado no quadro acima corresponde à provisão constituída sobre debêntures classificadas como títulos disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento e avaliadas pelo respectivo valor justo estimado ou custo amortizado (nota 8 (a)). Em 30 de junho de 2023, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dessas operações era de R\$ 11.545 (dezembro 2022 – R\$ 9.181).

e. Composição por modalidade de operação e níveis de risco

Modalidade de operação / Níveis de risco	AA	A	B	C	Junho 2023	Dezembro 2022
Financiamento à imp./exp.	136.506	11.064	-	-	147.570	34.840
ACC/ACE	565.468	1.336	19.424	-	586.228	391.350
Conta garantida	180.131	19.169	121.876	2	321.178	318.447
Capital de giro	376.603	-	-	-	376.603	423.541
Recebíveis	769.699	1.981	39.463	-	811.143	1.072.284
Títulos descontados	132.452	-	-	-	132.452	168.102
Outros empréstimos	7.196	-	380	-	7.576	11.077
CCB	-	-	104.254	-	104.254	104.315
Total	2.168.055	33.550	285.397	2	2.487.004	2.523.956

f. Concentração das operações de crédito

	Junho 2023	% Carteira	Dezembro 2022	% Carteira
10 maiores emitentes/clientes	1.620.272	65,15	1.818.249	72,04
50 seguintes maiores emitentes/clientes	852.310	34,27	700.466	27,75
100 seguintes maiores emitentes/clientes	14.422	0,58	5.242	0,21
Total	2.487.004	100,00	2.523.957	100,00

11. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Junho 2023		Dezembro 2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Obrigações por compra de câmbio	-	(2.623.058)	-	(2.925.594)
Câmbio comprado a liquidar	2.535.431	-	2.918.239	-
Direitos sobre venda de câmbio	2.029.630	-	2.346.579	-
Câmbio vendido a liquidar	-	(1.968.647)	-	(2.369.421)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 10)	7.507	-	11.077	-
Adiantamentos em moeda estrangeira recebidos ..	(154)	-	(1)	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 10)	-	586.228	-	391.350
Total	4.572.414	(4.005.477)	5.275.894	(4.903.665)



12. OUTROS ATIVOS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos são compostos por:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Dezembro 2022</u>
Devedores por depósitos em garantia (a)	325.875	284.156
Serviços prestados a receber – Empresas no exterior (nota 20 (a)) (b)	107.249	81.245
Negociação e intermediação de valores (c)	31.053	137.891
Rendas e receber	28.566	14.038
Outros investimentos	7.570	7.570
Adiantamentos, antecipações salariais e outros	3.311	19.661
Despesas antecipadas	1.371	780
Pagamentos a ressarcir	741	705
Relações interfinanceiras	25	25
Total	<u>505.761</u>	<u>546.071</u>

(a) Devedores por depósitos em garantia

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, devedores por depósitos em garantia é composto conforme segue:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Dezembro 2022</u>
Depósitos previdenciários	193.540	187.295
Demandas COFINS	43.869	41.515
Demandas ISS	35.463	19.462
Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis	1.812	3.792
Outras demandas tributárias	51.191	32.092
Total	<u>325.875</u>	<u>284.156</u>

(b) Serviços prestados a receber – Empresas no exterior

Serviços prestados a receber – empresas no exterior é composto substancialmente por valores a receber decorrentes de contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades (nota 20 (a)).

(c) Negociação e intermediação de valores

Em 30 de junho de 2023, R\$ 31.053 (dezembro 2022 – R\$ 87.541) referem-se a devedores – conta liquidações pendentes. Ainda, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 50.350 referem-se a operações com ativos financeiros e mercadorias e liquidar.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os valores ativos e passivos relacionados ao diferimento de tributos são compostos conforme segue:

	<u>Junho 2023</u>			<u>Dezembro 2022</u>		
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Total</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Total</u>
Crédito tributário						
Diferenças temporárias (a)	28.939	23.525	52.464	26.463	21.179	47.642
Prejuízo fiscal/base negativa (b)	23.370	32.372	55.742	28.401	35.978	64.379
Passivo diferido						
Carteira MTM (c)	(31.587)	(24.982)	(56.569)	(31.333)	(24.708)	(56.041)
Total	<u>20.722</u>	<u>30.915</u>	<u>51.637</u>	<u>23.531</u>	<u>32.449</u>	<u>55.980</u>

(a) Movimentação dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	<u>Dezembro 2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>(Reversão) / (Realização)</u>	<u>Junho 2023</u>
Imposto de renda	26.463	5.322	(2.846)	28.939
Contribuição social	21.179	4.609	(2.263)	23.525
Total	<u>47.642</u>	<u>9.931</u>	<u>(5.109)</u>	<u>52.464</u>

Crédito tributário constituído, principalmente, sobre provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (as quais dependem de pagamentos de dívidas pelos clientes) e benefícios pós-emprego e remuneração variável diferida.

O montante de créditos tributários sobre diferenças temporárias em 30 de junho de 2023 totalizou R\$ 52.464 (dezembro 2022 – R\$ 47.642).

A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada à geração de resultados futuros e realização das operações a ela associadas, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá de acordo com o prazo de vencimento das operações, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma: 2023 – 13,85%; 2024 – 29,89%; 2025 – 12,28%; 2026 – 8,70%; 2027 – 17,60%; e entre 2028 e 2032 – 17,68%.

(b) Movimentação dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa

	<u>Dezembro 2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>(Reversão) / (Realização)</u>	<u>Junho 2023</u>
Imposto de renda	28.401	6.518	(11.549)	23.370
Contribuição social	35.978	5.502	(9.108)	32.372
Total	<u>64.379</u>	<u>12.020</u>	<u>(20.657)</u>	<u>55.742</u>

O montante de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa em 30 de junho de 2023 totalizou R\$ 55.742 (dezembro 2022 – R\$ 64.379).

A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada à geração de resultados futuros, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá em até 3 anos, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma (percentual sobre o montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa): 2023 – 54,07% e 2024 – 45,93%.

O valor presente de créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, descontados ao custo de capital projetado, monta em R\$ 86.491 (dezembro 2022 - R\$ 88.236).

(c) Movimentação das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias

	<u>Dezembro 2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>(Reversão) / (Realização)</u>	<u>Junho 2023</u>
Imposto de renda	(31.333)	22.307	(22.561)	(31.587)
Contribuição social	(24.708)	18.134	(18.408)	(24.982)
Total	<u>(56.041)</u>	<u>40.441</u>	<u>(40.969)</u>	<u>(56.569)</u>

Obrigações fiscais diferidas constituídas sobre diferenças temporárias oriundas de processos judiciais (para os quais a expectativa de realização depende de decisão judicial) e de marcação a mercado de instrumentos financeiros.



(d) Efeito no resultado do semestre e em outros resultados abrangentes

Em 30 de junho de 2023, o efeito no resultado do semestre e em outros resultados abrangentes decorrentes dos registros de créditos tributários e impostos diferidos é composto conforme segue:

	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Outras diferenças temporárias	Passivo diferido	Efeito líquido
	Receita/(despesa)	Receita/(despesa)	Receita/(despesa)	Receita/(despesa)
Imposto de renda.....	(5.031)	2.476	(353)	(2.808)
Contribuição social.....	(3.606)	2.346	(174)	(1.534)
Efeito em 2023.....	(8.637)	4.822	(527)	(4.342)
Efeito em 2022.....	(18.002)	(33.962)	-	(51.964)

(*) A diferença entre o efeito no resultado líquido em 2022 e 2021 e o resultado do ativo e passivo fiscal diferido apresentado nas demonstrações de resultado refere-se à contabilização no patrimônio líquido dos efeitos tributários sobre o ajuste de avaliação atuarial e sobre os títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda no montante de R\$ 792 (junho 2021 – R\$ 3.252).

14. DEPÓSITOS DE CLIENTES E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, depósitos de clientes e instituições financeiras são compostos conforme segue:

	Junho 2023	Dezembro 2022
Depósitos a prazo (a).....	1.505.237	2.508.872
Depósitos à vista (b).....	386.661	504.155
Depósitos interfinanceiros (c).....	535.797	197.030
Total	2.427.695	3.210.057

(a) Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual entre 70% e 103% (dezembro 2022 – entre 70% e 104%). Do montante total de depósitos a prazo, R\$ 444.347 (dezembro 2022 – R\$ 459.897) correspondem a transações com partes relacionadas (nota 20 (a)). Segue abertura por prazo de vencimento:

	Junho 2023	Dezembro 2022
Faixas de vencimento		
Até 3 meses.....	554.242	311.216
3 a 12 meses.....	668.544	1.932.525
1 a 3 anos.....	64.642	60.576
Acima de 3 anos.....	217.809	204.555
Total	1.505.237	2.508.872

(b) Depósitos à vista

Do montante total de depósitos à vista, R\$ 2.807 (dezembro 2022 – R\$ 27.317) correspondem a transações com partes relacionadas (nota 20 (a)).

(c) Depósitos interfinanceiros

Em 30 de junho de 2023, os depósitos interfinanceiros são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual de 100%, no total de R\$ 535.797 (dezembro 2022 – 197.030). Desse total, R\$ 268.307 possuem data de vencimento de até 3 meses (dezembro 2022 – zero), R\$ 45.513 de 3 a 12 meses (dezembro 2022 – R\$ 149.662), e R\$ 221.977 de 1 a 3 anos (dezembro 2022 – R\$ 47.368).

15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Junho 2023	Dezembro 2022
Obrigações por tomadas de linha (a).....	5.126.041	3.439.768
Financiamentos à exportação (b).....	566.734	416.822
Total (nota 20 (a))	5.692.775	3.856.590

(a) Referem-se às operações de curto prazo de "interbank" com DB AG New York, em Dólar, com taxa máxima de até 6,07% ao ano e vencimento em março de 2028.

(b) Referem-se às captações com o DB AG New York e DB AG Frankfurt, em Dólar e Euro, com taxa de juros de até 5,79% ao ano e vencimentos até abril de 2024.

16. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

Em 30 de junho de 2023, estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 954.819 (dezembro 2022 – zero), sendo:

- R\$ 907.998 (dezembro 2022 – zero) correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos de terceiros; e
- R\$ 46.821 (dezembro 2022 – zero) correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por NTN-B.

17. OUTROS PASSIVOS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos são compostos por:

	Junho 2023	Dezembro 2022
Negociação e intermediação de valores (a).....	205.518	87.541
Relações interdependências.....	31.719	65.922
Diversos (b).....	117.893	154.162
Total	355.130	307.625

(a) Negociação e intermediação de valores

Em 30 de junho de 2023, negociação e intermediação de valores refere-se a credores – conta liquidações pendentes no montante de R\$ 31.053 (dezembro 2022 – R\$ 87.541) e a caixas de registros e liquidações no montante de R\$ 174.465 (dezembro 2022 – zero).

(b) Diversos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, diversos referem-se a:

	Junho 2023	Dezembro 2022
Despesas de pessoal.....	42.127	50.653
Serviços tomados a pagar – Empresas no exterior (nota 20 (a)).....	41.918	82.998
Resultado de exercícios futuros.....	31.897	16.537
Provisão para pagamentos a efetuar – Outros.....	887	1.907
Outras despesas administrativas.....	844	1.530
IOF a recolher.....	220	537
Total	117.893	154.162



18. PROVISÕES DIVERSAS

	Junho 2023	Dezembro 2022
Provisão sobre garantias prestadas (a) (nota 10)	20.979	10.310
Riscos fiscais e administrativos (nota 19)	114.746	112.300
Passivo atuarial (nota 23 (d))	63.596	58.570
Passivo contingente (nota 19)	11.337	9.100
Total	210.658	190.280

(a) O Banco reconhece contabilmente o valor da provisão para garantias financeiras prestadas (garantias, fianças e cartas de crédito), em consonância com a Resolução CMN nº 4.512, publicada em 1º de agosto de 2016. Em 30 de junho de 2023 a exposição total referente à garantias financeiras prestadas monta R\$ 2.515.436 (dezembro 2022 – R\$ 2.708.319).

Para a mensuração do risco da carteira de garantias prestadas, o Banco utiliza a metodologia de classificações de *rating* de crédito interna que se baseia em um conceito de perda esperada (*“Expected Loss - EL”*), o qual diferencia a probabilidade de inadimplimento (*“Probability of Default - PD”*) de uma contraparte e a perda que ocorrerá caso o inadimplimento venha a ocorrer. Para cada tomador (*“pessoa jurídica, por exemplo, matriz, subsidiária, sociedade de propósito específico”*), será atribuída uma PD de contraparte (*“Counterparty Probability of Default - CPD”*). Toda classificação de risco possui uma PD associada a ela. No Banco, a PD significa a probabilidade de que os tomadores dentro de uma grade de classificação entrem em inadimplência dentro do horizonte de tempo de um ano.

As garantias prestadas estão sujeitas a encargos e são contabilizadas em contas de compensação, sendo a seguir compostas:

	Junho 2023		Dezembro 2022	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Garantias financeiras prestadas (garantias, fianças e cartas de crédito)	2.515.436	20.979	2.708.319	10.310

Os saldos da provisão para garantias financeiras prestadas por níveis de risco, são demonstrados a seguir:

Nível de risco	Junho 2023		Dezembro 2022	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA	2.023.982	-	2.341.145	-
A	253.929	1.270	66.367	332
B	59.791	598	104.354	1.044
C	-	-	185.192	5.556
D	171.048	17.105	-	-
E	6.686	2.006	11.261	3.378
Total	2.515.436	20.979	2.708.319	10.310

19. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversas instâncias judiciárias e órgãos governamentais, nos quais se discutem alguns assuntos decorrentes do curso de suas atividades, tais como questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros aplicáveis.

Contingências classificadas com risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como demonstrado a seguir:

	Dezembro 2022	Adição à provisão	Reversão de provisão	Depósito/pagamento	Atualização monetária	Junho 2023
Fiscais						
IR/CS (a)	7.801	-	-	-	165	7.966
INSS (b)	87.410	-	-	-	1.603	89.013
ISS (c)	16.889	-	-	-	678	17.567
Total fiscais	112.100	-	-	-	2.446	114.546
Trabalhistas	9.100	4.427	(402)	(2.139)	351	11.337
Administrativo (d)	200	-	-	-	-	200
Total provisões	121.400	4.427	(402)	(2.139)	2.797	126.083

(a) Trata-se de uma provisão feita no valor de R\$ 2.223, que atualizado perfaz R\$ 5.374 (dezembro 2022 – R\$ 5.208), referente à multa isolada no processo de desmutualização das bolsas relacionado a Deutsche Bank Corretora de Valores. Foi constituída, em setembro de 2019 uma provisão no valor de R\$ 2.593 (valor mantido em 2023) relativo ao mandado de segurança de CSSL do ano-base de 1989, que discute o princípio da isonomia na aplicação de alíquotas diferenciadas da contribuição.

Este último processo foi transitado em julgado e estamos aguardando a confirmação da conversão em renda da União para assim realizarmos a baixa nos livros contábeis.

(b) Informamos a existência de execução fiscal relacionada a suposta contribuição devida ao INSS decorrente de Programa de Participação em Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro/1999 a fevereiro/2003. A Administração do Banco provisionou o valor de R\$ 89.013 (dezembro 2022 – R\$ 87.410), representando atualização monetária do valor estimado de perda. O depósito judicial constituído para essa causa foi atualizado para R\$ 151.375, tendo em vista que o depósito correspondia ao valor da provisão passada, alterada por reversão decorrente de revisão legal e reconhecimento, dentro do processo, da redução da multa aplicável à dívida discutida neste caso, que passou de 80% para 20%. O valor excedente do depósito judicial será levantado.

(c) A Prefeitura do Município de São Paulo lavrou, em junho de 2013, auto de infração contra o Banco relativamente ao Imposto sobre Serviços - ISSQN incidente sobre receitas com rendas de garantias prestadas abrangendo os anos de 2008 a 2011, e nova autuação em abril de 2016, referente ao 1º semestre de 2012. O valor total atualizado é de R\$ 6.755 (dezembro 2022 – R\$ 6.638). Foram realizados dois depósitos sendo um em outubro de 2014 no valor de R\$ 3.076 que atualizado é de R\$ 5.015 (dezembro 2022 – R\$ 4.818) e o outro em outubro de 2018 no valor de R\$ 1.230 que atualizado é de R\$ 1.523 (dezembro 2022 – R\$ 1.464). Em relação às discussões com o órgão municipal, o Banco impetrou quatro ações anulatórias com a finalidade de desconstituir os autos de infração lavrados por este Município que possuem como objeto às receitas auferidas em operações de câmbio e cartas de crédito e que atualmente somam o montante de R\$ 7.166 (dezembro 2022 – R\$ 7.131). Foram realizados depósitos judiciais que somam o montante de R\$ 11.029 (dezembro 2022 – R\$ 10.607).

Os processos relacionados nesse item foram classificados pelos advogados externos com a probabilidade de perda possível, no entanto, o provisionamento foi requerido pelo órgão regulador do Banco.

(d) O Banco está envolvido em Processo Administrativo Sancionador instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o Banco e terceiros, relacionado a supostas irregularidades em atividades de administração, gestão, distribuição e custódia de alguns fundos de investimentos. O Banco apresentou recurso administrativo perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Há provisão constituída no valor de R\$ 200 (dezembro 2022 – R\$ 200).



Contingências classificadas com risco de perda possível

Casos fiscais

O Banco possui demandas contra si com avaliação de perda classificada como “possível”, sendo elas (i) ação anulatória que visa extinguir o crédito tributário de IRRF constituído pela RFB em 2006 ao interpretar que operações de câmbio conjugadas poderiam resultar em rendimento pré-determinados e, portanto, sujeitos ao imposto de renda de fonte, R\$ 14.303 (dezembro 2022 – R\$ 13.998). Em 03 de janeiro de 2007 foi realizado um depósito judicial de R\$ 9.566, que atualizado perfaz R\$ 18.856 (dezembro 2022 – R\$ 18.154) (ii) autuação da RFB em relação ao IRPJ e CSLL não incidentes na permuta dos títulos patrimoniais da CETIP em ações da nova companhia, R\$ 171 (dezembro 2022 – R\$ 166). (iii) autuação da RFB em relação ao PIS e COFINS, na qual se questiona a dedutibilidade de perdas auferidas na venda de precatórios em 2009 da base de cálculo das referidas contribuições, R\$ 6.128 (dezembro 2022 – R\$ 5.938), (iv) autuação da RFB, também em relação ao PIS e COFINS, no processo de desmutualização das bolsas ocorrida em 2007, alegando-se que referido ganho na venda dos títulos patrimoniais estaria sujeito à incidência das referidas contribuições, a despeito de se tratar de venda de ativo permanente não sujeita à esta tributação, R\$ 18.447 (dezembro 2022 – R\$ 17.958). Ainda com relação ao processo de desmutualização das bolsas, esta instituição realizou em 12 de junho de 2017 um depósito no valor de R\$ 15.367, que atualizado perfaz R\$ 21.843 (dezembro 2022 – R\$ 20.715), para seguimento das discussões na esfera judicial.

Possui também dois autos de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre o processo de desmutualização das bolsas ocorrido em 2007, com impacto, da mesma forma, nos anos subsequentes de 2008 e 2009. Os autos, originalmente oriundos da incorporação do Deutsche Bank - Corretora de Valores SA em dezembro de 2016, foram devidamente impugnados. A causa de R\$ 16.027 aguarda julgamento de recurso impetrado por essa instituição no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Já a causa de R\$ 19.226 aguarda julgamento na esfera judicial. Esta instituição realizou em 11 de dezembro de 2018 um depósito no valor de R\$ 16.697 que atualizado perfaz R\$ 22.026 (dezembro 2022 – R\$ 20.800), para seguimento das discussões na esfera judicial.

O Banco recebeu, em outubro de 2020, auto de infração da Receita Federal no valor de R\$ 18.625, que atualizado perfaz R\$ 22.107 (dezembro 2022 – R\$ 21.128), referente à majoração da alíquota da CSLL de 2015 de 15% para 20% e seu cálculo proporcional sobre a receita bruta auferida naquele ano. Referido auto de infração foi devidamente contestado, pelo qual aguarda julgamento na esfera administrativa. Visando corroborar o cálculo feito por essa instituição, o Banco obteve um termo de constatação emitido pela auditoria da KPMG para ser apresentado no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Foi lavrado em outubro de 2021, auto de infração da Receita Federal que cobra multa de 3% sobre determinada informação supostamente preenchida incorretamente na ECF do ano fiscal de 2016 no valor atualizado de R\$ 1.743 (dezembro 2022 – R\$ 1.650). O auto de infração foi tempestivamente impugnado.

Em setembro de 2021, foi lavrado novo auto de infração que cobra o Imposto sobre Serviços- ISSQN sobre receitas de exportação de serviços nos anos de 2016 e 2017, o qual, de acordo com art. 2º da Lei 13.701/03, não deveriam estar sujeitas à referida incidência. O valor total atualizado é de R\$ 12.240 (dezembro 2022 – R\$ 11.981). O processo foi julgado desfavoravelmente aos interesses dessa Instituição, o que ensejou no ingresso de ação anulatória de débito fiscal na esfera judicial.

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi constituída provisão para esses casos em face da avaliação de probabilidade de perda “possível” dada pelos consultores jurídicos externos do Banco.

Casos previdenciários

O Banco recebeu, em dezembro de 2010, autos de infração da Receita Federal no valor de R\$ 35.509, relacionados a supostas contribuições previdenciárias devidas em relação a seu programa de Participação em Lucros e Resultados (período de janeiro de 2005 a dezembro de 2007). Após o término dos processos administrativos decorrentes de impugnações apresentadas pelo Banco, o Banco iniciou a fase judicial de discussão dessa cobrança, através de distribuição de ação anulatória em dezembro de 2019, com vistas à desconstituição do crédito tributário. Em junho de 2020 o Banco efetuou depósito judicial no valor de R\$ 34.193, que atualizado perfaz R\$ 42.164.

Casos cíveis

O Banco consta, junto com outras quatro instituições, do polo passivo de ação de indenização distribuída por um Fundo de Investimento em outubro de 2015 em face de seus gestores, administradores e custodiantes. O valor da causa atualizado é de R\$ 30.464 (dezembro 2022 – R\$ 29.741).

O Banco consta do polo passivo de uma ação cível indenizatória movida por suposto descumprimento de deveres decorrentes de contrato de distribuição de quotas de um Fundo de Investimentos. Processo iniciado em outubro de 2014. Após decisão de segundo grau, o Banco realizou pagamento no valor de R\$ 2.794. Aguarda-se desenvolvimento do processo já em fase de recursos aos tribunais superiores, mas não são esperadas novas condenações ao Banco.

O Banco consta do polo passivo de ação cível indenizatória referente à atuação do gestor de um fundo de investimento para o qual o Banco prestou serviços de custódia e o valor máximo estimado para este caso é de R\$ 484.826 (dezembro 2022 – R\$ 450.613).

Casos trabalhistas

Não há casos trabalhistas classificados com probabilidade de perda “possível”.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Transações com empresas ligadas

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão mantém negócios em condições usuais de mercado com as sociedades controladas no país e coligadas no exterior. Os saldos patrimoniais e os resultados gerados destas transações são apresentados como segue:

	Junho 2023		Dezembro 2022/Junho 2022	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Disponibilidades (DEME) (nota 6)	103.300	-	163.693	-
DB AG (Frankfurt).....	27.989	-	12.538	-
DB AG (Tokyo).....	17.473	-	23.327	-
DB AG (New York).....	26.871	-	96.248	-
DB AG (London).....	30.966	-	31.563	-
DB AG (Hong Kong).....	-	-	17	-
Aplicações em ME (i) (nota 7)	326.713	-	135.344	98
Deutsche Bank AG London.....	-	-	24.000	98
DB AG (Frankfurt).....	326.690	-	111.344	-
DB AG (New York).....	23	-	-	-



	Junho 2023		Dezembro 2022/Junho 2022	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Serviços prestados para empresas no exterior (nota 12 (b)) (ii)	107.249	33.269	81.245	27.906
DB AG (London)	52.572	20.752	34.609	10.582
DB AG (New York)	17.377	748	17.633	2.746
DB Trust Co Americas	-	-	12.122	2.421
DIMA, Inc.	13.006	1.619	-	-
DB AG (Cayman Isl.)	21.249	9.764	13.267	10.487
DWS Internat. GmbH	1.013	-	-	-
DB AG Domestic Bank	-	-	1.072	727
DB AG Hong Kong Br.	1.074	359	1.828	322
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	-	-	151	-
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	8	-	9	-
DB AG Paris Branch	144	-	152	106
DB AG Mumbai Branch	-	-	90	-
DB AG Amsterdam Br.	8	-	9	11
DB AG Portugal	251	-	266	190
Deutsche Bank Società per Azioni	-	27	24	22
Deutsche Securities Inc.	-	-	-	-
DB AG Singapore Br.	12	-	13	292
Carteira de Câmbio - Operações de arbitragem (nota 11)	325	7.537	46.481	(115.524)
DB AG (London)	(60)	-	5.011	-
DB AG (Frankfurt)	385	7.537	(51.492)	(115.524)
Depósito a prazo (nota 14 (a))	(444.347)	(17.887)	(459.897)	(2.718)
DB II Fundo de Investimento Multimercado no Exterior	(5.355)	-	(454.868)	-
DB III Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior	(438.992)	(17.887)	(5.029)	(2.718)
Depósito à vista (nota 14 (b))	(2.807)	-	(27.317)	-
Dt. Bank Secur. Inc.	(51)	-	(46)	-
DB AG (London)	(2.437)	-	(26.854)	-
Deutsche Morgam Grenffel Co. LTD	-	-	(51)	-
DB AG London Global Markets(Latam Struct Credit)	(319)	-	(366)	-
Obrigações por empréstimos e repasses (nota 15)	(5.692.775)	-	(3.856.590)	(5.120)
DB AG (Frankfurt)	(106.773)	-	(25.229)	7
DB AG (New York)	(5.584.640)	-	(3.831.361)	(5.127)
DB AG (London)	(1.362)	-	-	-
Despesas a pagar para empresas no exterior (nota 17 (b)) (ii)	(41.918)	(38.500)	(82.998)	(21.070)
DB AG (Frankfurt)	(16.033)	(18.700)	(23.176)	(3.059)
DB AD (London)	(7.062)	(3.446)	(9.160)	(3.631)
DB Jacksonville	(10.725)	(9.198)	(30.492)	(10.502)
DB Zurich	(26)	(9)	(18)	-
DB AG Hong Kong Br.	(236)	(152)	(177)	(85)
DB AG New York	(1.184)	(2.295)	(8.067)	(502)
DB Trust Company Amerias NY	(2.930)	(2.099)	(5.230)	(1.682)
DB AG Singapore Br.	(1.905)	(701)	(4.665)	(706)
OOO "Deutsche Bank"	(8)	-	(16)	-
DB Service Centre Limited	(23)	(12)	(58)	(6)
Deutsche Bank (Suisse) SA	(9)	-	(26)	(14)
Deutsche Bank Società per Azioni	-	-	(141)	-
DB AG Amsterdam Br.	(169)	(148)	(1.411)	(4)
DB AG Paris Branch	(1.023)	(1.023)	(26)	(4)
DB AG Brussels Br	(20)	(5)	(22)	(8)
Deutsche Group Services Pty Limited	(68)	(21)	-	-
DB AG Mumbai Branch	(225)	(354)	(3)	(3)
DB AG Zurich	(3)	(85)	(18)	-
DB Re S.A.	(7)	-	(8)	(7)
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	(215)	(74)	(152)	-
Deutsche Group Services Pty Limited	-	-	(91)	(19)
DB AG Cayman Isl Br	-	-	-	(769)
DKS (Manila)	(17)	(15)	(3)	(33)
DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	(31)	-	(33)	(3)
Deutsche Securities Inc.	-	(1)	(24)	(33)
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	-	(143)	-	-

(i) Operações realizadas com as empresas coligadas e controladas.

(ii) Representa o valor a receber ou a pagar do contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades.



b. Remuneração do Pessoal-chave da Administração

b.1 Definição de pessoal-chave da Administração: Tendo em vista a participação e as decisões tomadas, consideramos pessoal-chave os integrantes da Administração do Banco.

b.2 Política: O Banco possui uma política global de remuneração de funcionários, composta por parcelas fixa e variável. Essa política está baseada em alguns fatores, destacando-se entre eles, o resultado global do grupo e a performance individual de cada funcionário.

b.3 Benefícios de curto prazo:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Junho 2022</u>
Remuneração fixa	8.298	5.922
Remuneração variável (curto prazo)	1.209	860
Encargos trabalhistas	3.199	2.424
Total	<u>12.706</u>	<u>9.206</u>

b.4 Benefícios de longo prazo:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Junho 2022</u>
Remuneração variável (longo prazo)	2.670	1.380
Encargos trabalhistas	926	493
Total	<u>3.596</u>	<u>1.873</u>

b.5 Outras informações: conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas. Adicionalmente, informamos que não existem quaisquer outras transações entre o pessoal-chave e a entidade e também que o pessoal-chave da Administração possui participação no fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 1.644.551 (dezembro 2022 – R\$ 1.644.551) divide-se em 1.119.390.296 (dezembro 2022 – 1.119.390.296) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Reservas e retenção de lucros

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida lei, do lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 30 de junho de 2023, o saldo da rubrica "Reservas de lucros" totaliza R\$ 832.952 (dezembro 2022 – R\$ 831.876), sendo constituído por "Reserva legal" no montante de R\$ 114.239 (dezembro 2022 – R\$ 113.163) e "Reserva para expansão" no montante de R\$ 718.713 (dezembro 2022 – R\$ 718.713).

c. Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial, registrado no patrimônio líquido, refere-se aos ganhos e perdas não realizados, deduzidos dos efeitos tributários, do ajuste a valor de mercado dos títulos classificados em disponível para venda no montante de R\$ (1.049) (dezembro 2022 – R\$ (2.025)), bem como do ajuste atuarial sobre benefícios pós-emprego no montante de R\$ 2.797 (dezembro de 2022 – R\$ 2.797).

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação pertinente, salvo se a Assembleia Geral estabelecer por unanimidade um dividendo menor ou a retenção do lucro total.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 8 de dezembro de 2022, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 80.000. O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 12.000. O pagamento dos juros sobre o capital próprio foi efetuado na data de 22 de dezembro de 2022.

e. Lucro por ação

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico para suas ações ordinárias. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias.

f. Limites de patrimônio - implementação da Basileia III

Através de um pacote de medidas, publicadas desde 2006, o CMN e o BACEN regulamentaram o cálculo de requerimento mínimo de capital baseados no acordo de Basileia. A seguir é apresentado o resumo dos efeitos dos requerimentos desses acordos.

	<u>Junho 2023</u>	<u>Dezembro 2022</u>
Risco operacional	70.095	59.615
Risco de crédito	555.459	506.223
Risco de moeda/cambial	1.499	1.138
Risco de juros	366.119	106.596
Risco de <i>commodities</i>	-	-
Total Patrimônio Líquido exigido – PLE	<u>993.171</u>	<u>673.572</u>
Patrimônio referência	2.499.704	2.468.861
Margem para limite Basileia	1.506.532	1.795.289
Percentual de utilização	39,73%	27,28%
Índice Basileia	<u>20,14%</u>	<u>29,32%</u>
IRRBB*	131.090	115.538
Razão de alavancagem	<u>12,22%</u>	<u>16,02%</u>

(*) Por meio de instrução definida na Resolução CMN 4.557/2017, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, implementaram metodologia de cálculo para a carteira bancária, denominada IRRBB, com aplicabilidade a partir de janeiro/2020.



22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	Imposto de renda		Contribuição social	
	Junho 2023	Junho 2022	Junho 2023	Junho 2022
Resultado antes dos tributos e participações.....	45.478	138.266	45.478	138.266
Efeitos marcação a mercado.....	4.009	(27.646)	4.009	(27.646)
Adições (exclusões) permanentes líquidas.....	9.536	3.405	4.310	3.405
Adições (exclusões) temporárias líquidas.....	8.093	(11.208)	8.093	(14.249)
Base de cálculo.....	67.116	102.817	61.890	99.776
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa.....	(20.135)	(30.845)	(18.567)	(29.934)
Base de cálculo após compensações.....	46.981	71.972	43.323	69.842
Impostos correntes.....	(11.733)	(17.981)	(8.665)	(13.969)
Impostos diferidos.....	(2.012)	(27.278)	(1.538)	(21.434)
Imposto de renda e Contribuição social no período	(13.745)	(45.259)	(10.203)	(35.403)

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O saldo de disponibilidades refere-se, substancialmente, ao saldo em conta corrente em bancos no exterior.

b. Receitas de prestação de serviços

Em 30 de junho de 2023 e 2022, receitas de prestação de serviços referem-se a:

	Junho 2023	Junho 2022
Serviços prestados a partes relacionadas.....	33.242	28.348
Rendas de garantias prestadas.....	7.771	6.983
Comissão de colocação, estruturação, coordenação e garantia firme.....	3.441	12.552
Serviços de custódia.....	3.018	4.774
Outras.....	595	614
Total.....	48.067	53.271

c. Benefícios a empregados

Em 30 de junho de 2023 e 2022, benefícios a empregados referem-se a:

	Junho 2023	Junho 2022
Proventos.....	(57.052)	(41.603)
Encargos.....	(20.807)	(17.976)
Benefícios e treinamentos.....	(10.481)	(9.512)
Total.....	(88.340)	(69.091)

d. De acordo com o CPC 33 homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, revogada pela Resolução CMN nº 4.877/20 a partir de 01/01/2021, a partir de 1º de janeiro de 2016 o Banco passou a constituir provisões sobre benefícios pós-emprego, caracterizados como benefícios de término de vínculo empregatício, os quais são reconhecidos como uma despesa quando o Banco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando reconhece os custos de uma reestruturação. Caso os pagamentos sejam liquidados após 12 meses da data do balanço, os mesmos são descontados aos seus valores presentes, sendo esses:

- Seguro saúde: Trata-se da provisão do direito dos funcionários, após a aposentadoria, de serem mantidos como beneficiários do plano de saúde do Banco, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência dos seus contratos de trabalho (Lei 9.656/98 artigos 30 e 31). A provisão constituída sobre essa modalidade foi R\$ 53.203 (dezembro 2022 – R\$ 49.176).
- Fundo garantidor por tempo de serviços (FGTS): Trata-se da provisão da multa de 50% do FGTS, sendo 40% assegurada somente aos funcionários demitidos sem justa causa e não aos que tenham o direito do gozo do benefício de aposentadoria. Não há provisão nas políticas internas do DBSA de que funcionários aposentados serão compulsoriamente desligados do quadro funcional da empresa. Dessa maneira, o mesmo deixou de ser considerado nos cálculos atuariais de benefícios pós-emprego e passou a integrar as despesas correntes do Banco, caso houvesse desligamentos no ano de 2020 e a provisão constituída sobre essa modalidade no montante de R\$ 8.277 foi revertida em 2019. Em 2020 o Instituto Brasileiro de Atuários se pronunciou oficialmente recomendando que a multa de FGTS deve ser considerada como parte do benefício pós-emprego devendo compor a base de cálculo atuarial. Em 30 de junho de 2023 a provisão constituída nessa modalidade foi de R\$ 10.393 (dezembro 2022 – R\$ 9.394).
- O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocina o fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado), que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e beneficiários. Os planos de benefícios mantidos pelo Banco são, basicamente, da modalidade de contribuição definida, sendo que também existe uma pequena parcela da modalidade de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2022, data da última reavaliação disponível, sendo esta anual, o plano de benefícios do Banco apresentou superávit de R\$ 736.

e. Outras despesas administrativas

Em 30 de junho de 2023 e 2022, outras despesas administrativas referem-se a:

	Junho 2023	Junho 2022
Serviços de empresas no exterior (a).....	(32.616)	(14.079)
Serviços do sistema financeiro.....	(9.476)	(5.585)
Serviços técnicos especializados.....	(9.177)	(11.133)
Processamento de dados.....	(6.318)	(6.176)
Comunicação.....	(3.895)	(3.501)
Manutenção e conservação de bens.....	(3.257)	(3.232)
Aluguéis.....	(2.264)	(3.154)
Depreciação e amortização.....	(1.966)	(1.820)
Serviços de terceiros.....	(1.147)	(3.118)
Seguros.....	(926)	(759)
Viagens.....	(737)	(272)
Publicidade e propaganda.....	(235)	(139)
Outras.....	(3.339)	(3.668)
Total.....	(75.353)	(56.636)

(a) Serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas.



f. Despesas tributárias

Em 30 de junho de 2023 e 2022, despesas tributárias referem-se a:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Junho 2022</u>
PIS/COFINS	(10.935)	(13.012)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS	(2.764)	(3.200)
Outros (IOF, IPTU e outros).....	(11.256)	(1.566)
Total	<u>(24.955)</u>	<u>(17.778)</u>

g. Outras receitas operacionais

Em 30 de junho de 2023 e 2022, outras receitas operacionais referem-se a:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Junho 2022</u>
Renda de recebíveis.....	56.427	47.035
Atualização de depósitos judiciais.....	11.578	8.833
Reversões de provisão sobre remuneração.....	4.622	2.940
Atualização taxa SELIC - tributos.....	721	562
Dividendos sobre investimentos - ações e quotas	543	-
Outras.....	3.023	275
Total	<u>76.914</u>	<u>59.645</u>

h. Outras despesas operacionais

Em 30 de junho de 2023 e 2022, outras despesas operacionais referem-se a:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Junho 2022</u>
Tributos incidentes na liquidação de saldos com partes relacionadas.....	(23.701)	-
Serviços prestados por empresas no exterior (a)	(5.858)	(5.181)
Variação monetária sobre processos judiciais	(2.797)	(1.434)
Variação cambial sobre serviços prestados por empresas no exterior	(2.144)	(6.386)
Despesas com depósitos judiciais.....	(236)	-
Outras.....	(2.770)	(1.036)
Total	<u>(37.506)</u>	<u>(14.037)</u>

(a) Serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas.

i. Resultado de operações de câmbio:

Em 30 de junho de 2023 e 2022, resultado de operações de câmbio referem-se a:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Junho 2022</u>
Receitas (despesas) com variação cambial.....	215.946	(52.047)
Receitas com exportação, importação e financeiro.....	14.153	5.693
Outras.....	(270)	(433)
Total	<u>229.829</u>	<u>(46.787)</u>

j. Acordo de compensação e liquidação de obrigações - Resolução 3.263/05

O Banco possui operações com acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN, firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes com as quais possui essa modalidade de acordo. Seguem os montantes cobertos por essa modalidade:

	<u>Junho 2023</u>	<u>Junho 2022</u>
Ativo – Exposição.....	1.766.199	1.786.591
Passivo – Garantidor.....	(399.872)	(1.074.120)
Resultado líquido	<u>1.366.327</u>	<u>712.471</u>

k. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No primeiro semestre de 2023 e 2022 o Banco teve a totalidade de seu resultado classificada como resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank Brasil, doravante denominados nesta nota como Banco, apresenta estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, Mercado, Risco de taxa de juros na Carteira Bancária (IRRBB - Interest rate risk in the banking book), Liquidez, Operacional, Reputacional e Risco social, ambiental e climático.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do Banco, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017 o Banco segue uma abordagem integrada de gestão de risco que garante consistência no padrão de gestão de risco, permitindo a adaptação a requisitos específicos de cada tipo de risco.

a. Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e controle de risco operacional. O Banco possui uma base histórica de eventos operacionais, bem como manuais de procedimentos, processos de auto avaliação de riscos e testes de estresse, que proporcionam o controle dos eventos e a adequada alocação de capital.

b. Risco de mercado e Risco de taxa de juros na Carteira Bancária

A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura de Riscos de Mercado e IRRBB seguem as diretrizes instituídas para controle de riscos globais do Banco, assim como a regulamentação em vigor.



Gerenciamento de Risco de Mercado

O Risco de Mercado é o risco de perdas em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado atua de forma independente das áreas de Negócios no monitoramento contínuo dos níveis de risco de mercado, através de relatórios que são gerados com diversas métricas de gerenciamento, como as sensibilidades, os valores nocionais das operações e testes de estresse da carteira.

As principais ferramentas utilizadas pelo Banco para quantificar e gerir o risco de mercado e taxas de juros na carteira bancária são:

- **Value-at-Risk (VaR):** é uma métrica que resume a exposição de um ativo e/ou carteira ao risco de mercado durante condições normais de mercado. O VaR é expresso como um valor absoluto de perda que não é esperado que seja ultrapassado por um determinado nível de confiança em um horizonte específico de tempo. O VaR é geralmente expresso como um valor monetário, que possibilita comparações diretas de possíveis classes de ativos. E 1 (um) dia de *holding period (Stress Testing)*: medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisto periodicamente pela área de MRM.

Análise de sensibilidade

Para fins de apuração dos testes de sensibilidade, as carteiras são segregadas entre negociação (Trading Book) e bancária (Banking Book). A carteira bancária pode ser tanto marcada a mercado como *accrual*. Para a carteiras marcadas a mercado reportamos a sensibilidade diariamente.

Risco de Taxa de juros

O monitoramento, controle e gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária do DB Brasil é realizado pela área de MRM, com base em metodologias que são consistentes com as características da carteira bancária e que consideram a maturidade, a liquidez e a sensibilidade ao risco dos instrumentos classificados nessa carteira.

Os principais controles do risco de taxa de juros da carteira bancária são:

- IRRBB – EVE: Monitorar o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária do DB Brasil em diferentes cenários de taxas de juros, fluxos de caixas (pré-pagamento de operações pré-fixadas) e moedas;
- IRRBB – NII: Monitorar o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano;
- Valor do capital mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na Carteira Bancária (IRRBB): O DB Brasil utiliza para cálculo do capital requerido para do risco de taxa de juros da Carteira Bancária o valor máximo positivo obtido entre os cenários Delta EVE e Delta NII;
- PV01 da Carteira Bancária: Relatório diário com as sensibilidades do preço da carteira bancária no que diz respeito às mudanças na taxa de juros subjacente.
- Perdas e Ganho embutidos: Monitoramento da assimetria contábil definido como diferença das posições marcadas a mercado e valor *accrual* na contabilidade dentro da carteira bancária.

Date	Total VaR*
30-Dez-21	1.630.055
30-Jun-22	4.258.787
30-Dez-22	4.961.581
30-Jun-23	8.168.061

*Em reais

c. Risco de crédito

O Banco possui políticas e estratégias visando minimizar o risco decorrente da exposição ao risco de crédito, abrangendo todos os instrumentos financeiros que possam gerá-lo, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.

Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito

O Banco gerencia o risco de crédito de uma forma coordenada em todos os níveis da Organização. Os seguintes princípios sustentam o princípio de gerenciamento de risco de crédito:

- Todas as divisões de crédito devem obedecer aos mesmos padrões nos seus respectivos processos de decisão de crédito;
- A aprovação de limite de crédito para clientes e o gerenciamento de exposição ao risco de crédito devem estar de acordo com as políticas e estratégias do Banco;
- O Banco mensura e consolida todas as exposições e cada grupo econômico de forma global.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está definida na Política de Gerenciamento do Risco de Crédito – Deutsche Bank Brasil – em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, aprovada pelo Comitê da Diretoria Executiva. A respectiva Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito está divulgada na intranet e na webpage local do Banco. A mesma se encontra publicada em conjunto com as demonstrações contábeis que contém um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito na webpage do Banco.

As atividades ligadas ao gerenciamento de risco de crédito são realizadas pela área de CRM (Credit Risk Management - Gerenciamento de Risco de Crédito), sendo essa área segregada das demais áreas de Negócios do Banco, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM do Banco é responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do Banco;
- Tomar decisões de crédito relacionadas a transações para clientes brasileiros. As subsidiárias de empresas multinacionais (Multi-National Company – MNC) são cobertas pela equipe de subsidiárias de MNC dentro da divisão global de CRM;
- Submeter nomes para inclusão na lista de observação (Watchlist) e participação nas reuniões de atualização da Watchlist para manter a gerência sênior atualizada sobre os créditos de risco crescente;
- Preparar relatórios de crédito para revisão periódica.
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

O Banco mantém uma quantidade suficiente de profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e monitoramento da carteira de crédito e não adota qualquer tipo de estrutura remuneratória que incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo Banco.



Limites de Crédito

Os limites de crédito estabelecem o valor máximo de risco de crédito que o Banco está disposto a assumir junto a uma contraparte/Grupo econômico, por *rating*, prazo, produto, garantias e retornos.

Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM através da execução das autoridades de crédito atribuídas.

A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar, renovar ou alterar limites vigentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com o nível de qualificação e experiência do profissional. São necessários 2 aprovadores para cada decisão de crédito, tendo pelo menos um deles a alçada mínima correspondente.

Os limites operacionais referentes a alçadas de aprovação do risco de crédito são revisados e submetidos para aprovação do Comitê da Diretoria Executiva com periodicidade mínima anual.

Classificação do Risco de Crédito e Provisão

Uma das ferramentas utilizadas na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito é o *rating* interno atribuído às contrapartes. O Grupo DB conta com área global especializada em atribuição de *rating*, responsável pelo desenvolvimento, validação e a manutenção dos modelos adotados (GCAF: Global Credit Analytics Function).

Os sistemas de classificação e gerenciamento de risco do Banco são periodicamente revisados, tanto pelo BACEN quanto pela área de Auditoria Interna.

O sistema de *rating* do Grupo DB, possui vinte e uma (21) escalas que vão de iAAA a iD, sendo que o primeiro *rating* reflete a melhor qualidade de crédito e o último, a pior – consequentemente, a cada nível de *rating* corresponde um percentual de provisionamento.

Sobre a carteira de operações de crédito e de outros créditos com característica de concessão de crédito, são aplicados critérios de provisionamento.

Para fins de constituição de provisão, a qual visa refletir o nível de risco adequado em cada operação, são considerados todos os aspectos determinantes de risco de crédito, entre os quais destacamos a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação, a eventual existência de valores em atraso e as garantias existentes.

Os aspectos acima mencionados são considerados na definição dos *ratings* internos dos clientes os quais são mapeados para a tabela de *ratings* do BACEN, conforme estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999. Para fins de provisionamento, leva-se em consideração a comparação do provisionamento apurado pela metodologia estabelecida segundo essa resolução e a perda esperada (expected loss) apurada de acordo com a Resolução CMN nº 4557/2017. O provisionamento final deve ser o maior.

Risco de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual o Banco está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O Banco mantém controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes do Banco.

Mitigadores do Risco de Crédito

Várias técnicas de mitigação de crédito são proativamente empregadas a fim de reduzir o risco de crédito do portfólio. Os mitigantes de risco são de forma geral divididos em três categorias:

- Transferência de risco a uma terceira parte;
- Garantias ou colaterais;
- *Netting* ou compensação.

A transferência de risco a terceiros é uma parte relevante do processo de gerenciamento de risco e é executado de várias formas, sejam venda do risco, *hedge* simples ou de um portfólio ou através de seguro de crédito.

As garantias são sujeitas a frequentes avaliações e revisões, dependendo de suas características específicas e ambiente jurídico.

Embora essas técnicas possam garantir ou possam ser uma fonte alternativa de repagamento, elas não substituem os elevados padrões de concessão de crédito que tem na contraparte a fonte primária de repagamento.

Monitoramento do Risco de Crédito

O monitoramento das exposições do portfólio sujeitas ao risco de crédito é feito continuamente pela área de CRM. As diretrizes de apetite ao crédito são igualmente monitoradas e revisadas de forma regular, de forma a estarem em linha com diferentes estágios de ciclo de crédito, bem como adequadas ao ambiente macroeconômico vigente e às necessidades do negócio.

Nesse contexto, o Banco mantém processos capazes de identificar e agregar, de forma contínua, as exposições sujeitas ao risco de concentração, através de relatórios periódicos que são apresentados e debatidos nas reuniões mensais do CROC (Comitê de Supervisão de Risco e Capital - Capital and Risk Oversight Committee).

A área de CRM elabora relatórios de crédito que são apresentados mensalmente ao CROC e posteriormente encaminhados para conhecimento da Diretoria Executiva (BoD – Board of Directors). Estes relatórios, em linha com as políticas internas e exigências regulatórias, visam prover visão geral sobre o desempenho do portfólio de crédito e incluem as seguintes informações:

- Exposição geral;
- Abertura por classificação de risco;
- Exposições sujeitas ao risco de concentração;
- Maiores devedores;
- Posição dos provisionamentos;
- Aprovações relevantes e recentes revisões de classificação de risco;
- Avaliação e a expectativa de desempenho das exposições ao risco de crédito, abordando sua classificação e as respectivas provisões;
- Exposições significativas caracterizadas como ativos problemáticos, incluindo características, histórico e perspectivas de recuperação;
- Informações sobre execução de mitigadores e exposições em reestruturação; e
- Demais informações que vierem a ser relevantes.

As revisões de crédito de clientes cujas operações excedem 5% do PL Ajustado do Banco, são feitas em base semestral. Para tanto, todo mês a área de CRM faz um controle dos nomes elegíveis e elabora um relatório para cumprimento à Resolução CMN nº 2.682/1999.

Ao menor sinal de deterioração da qualidade de um crédito as ações de monitoramento são intensificadas e os créditos problemáticos são incluídos em uma lista de monitoramento (Watch List) e passam a ser acompanhados trimestralmente.



CRM também monitora as utilizações em aberto nos limites de crédito, através de relatórios de excedentes distribuídos para todos os analistas de crédito em base diária. Todos os excedentes dos limites de crédito são investigados e apenas encerrados mediante solução definitiva. Os excedentes de crédito que tenham sido deliberadamente causados pela área de negócios precisam ser imediatamente informados à Diretoria Executiva do Banco.

Sistemas de Crédito

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do Banco, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e de Infraestrutura.

Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes (incluindo conjuntos de redes), conforme estipulado nos acordos legais entre o Banco e o cliente;
- Classificações de *rating* por contraparte e probabilidade de perda para cada transação/ limite para suportar o cálculo do capital econômico do Banco;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os termos dos limites de crédito, conforme definidos nas respectivas aprovações de crédito;
- Informação sobre o volume de utilização dos limites de crédito;
- Descrição do setor de atividade, país de localização e demais dados estáticos de forma a permitir adequada gestão do portfólio e periódicas revisões setoriais.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade do Banco não honrar suas obrigações em qualquer momento, seja pelo resgate antecipado de depósitos ou aumento de obrigações/garantias.

O gerenciamento de risco de liquidez estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e alinhado às diretrizes globais do Grupo Deutsche Bank é executado pela área de Treasury - Tesouraria, que é uma unidade segregada das áreas de negócios, auditoria interna e gestão de recursos de terceiros. Treasury é responsável pela identificação, mensuração, gerenciamento do risco de liquidez e sua aplicação, além disso, tem autoridade para executar as medidas necessárias para manter o risco de liquidez em nível adequado.

Os temas referentes ao risco de Liquidez são discutidos mensalmente no CROC e BoD – Board of Directors – Diretoria Executiva.

Processos:

As principais ferramentas utilizadas no Gerenciamento do Risco de Liquidez são:

- Teste de Estresse de Liquidez;
- Saída Máxima de Caixa;
- Saída Máxima de Caixa por Moedas;
- Teste de Aderência de Liquidez;
- Composição Diária de Caixa;
- Perfil das Captações
- Reserva Mínima de Liquidez;
- Aprovação de Novos Produtos; e
- Plano de Contingência de Liquidez.

Buscando gerenciar de forma prospectiva o Risco de Liquidez do Banco, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez que define responsabilidades e procedimentos a serem adotados em caso de crise sistêmica ou idiossincrática de liquidez. Estrutura de gerenciamento de capital

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital tem por objetivo garantir que o Banco mantenha um nível de capital adequado a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e os níveis definidos no apetite de risco interno do DB Brasil.

Responsabilidade

A área de Treasury é responsável por garantir que o Banco mantenha um nível adequado de capital a partir das perspectivas econômicas e regulatórias. Também é de responsabilidade da área implementar a estrutura de gerenciamento de capital e emitir diretrizes internas com o intuito de executar todas as medidas necessárias para o gerenciamento do capital do Banco.

Plano de Capital

O Banco administra um modelo de capital prospectivo, desta forma, procurando alinhar o plano de capital com o planejamento estratégico para um horizonte mínimo de três anos.

O plano é elaborado considerando as principais oportunidades e ameaças apresentadas no mercado, projeções de balanços, receita, despesas e distribuição/retenção de dividendos.

Processos de Gerenciamento de Capital

- Relatórios Gerenciais distribuídos diariamente e mensalmente;
- Plano de Capital;
- Simulação de Eventos Severos atrelado ao Plano de Contingência de Capital; e
- Aprovação de novos produtos.

Responsabilidade Social Ambiental e Climática

Associado às diretrizes de sustentabilidade definidas do Grupo DB e em aderência a Resolução 4.945/21 do Banco Central do Brasil, o DB Brasil assume o compromisso com a proteção social, ambiental e climática como parte de seu modelo de negócios, adequado à dimensão e à relevância de suas operações e complexidade de produtos, serviços e atividades. Dessa forma, o DB Brasil exige que suas operações não se envolvam em atividades que possam causar danos à sociedade e seus indivíduos, através do desrespeito aos direitos humanos e/ou o bem-estar da população e, também, danos ao meio ambiente e/ou o patrimônio histórico.

O DB Brasil assume o compromisso com a proteção social, ambiental e climática como parte de seu modelo de negócios, adequado à dimensão e à relevância de suas operações e complexidade de produtos, serviços e atividades. Dessa forma, o DB Brasil exige que suas operações não se envolvam em atividades que possam causar danos à sociedade e seus indivíduos, através do desrespeito aos direitos humanos e/ou o bem-estar da população e, também, danos ao meio ambiente e/ou o patrimônio histórico.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de capital

Em 14 de julho de 2023, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi definido o aumento de capital social do Banco que passou de R\$ 1.644.551 para R\$ 1.928.551, o que equivale a um aumento de capital em R\$ 284.000, por meio de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo valor de emissão de R\$ 2,23. Esse aumento de capital encontra-se pendente de aprovação pelo BACEN.

Programa de Redução de Litígios Fiscais

Ainda, em 10 de agosto de 2023, o Banco protocolou junto à Receita Federal do Brasil o pedido de adesão ao Programa de Redução de Litígios Fiscais – PRLF relativo ao processo de desmutualização das bolsas da Corretora (nota 19, Contingências classificadas com risco de perda possível – Casos fiscais (PIS/COFINS). O débito, que engloba não apenas o PIS e COFINS, mas também o IRPJ e CSLL, atualmente monta em aproximadamente R\$ 49.000 e foi reduzido para R\$ 17.000 em razão de um desconto de 65% sobre o valor do principal. Desse montante, R\$ 12.000 serão pagos mediante a utilização de créditos fiscais advindos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL de anos anteriores e R\$ 5.000 serão pagos em dinheiro via Darf, dividido em 9 (nove) prestações mensais. O pedido de adesão fica sujeito ao deferimento por parte da Receita Federal do Brasil.



DIRETORIA NA PRESENTE DATA

Stephan Wilken
Diretor Presidente

Eduardo Saito

Elaine Nascimento
Diretora responsável pela contabilidade

Guilherme Bernasconi Daniel

Jaime Castromil Lassala

Ricardo Andrade Cunha

Rui Fernando Ramos Alves

DIRETORA RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Elaine Nascimento
CRC 1SP 201003/O-6

CONTADORA

Juliana Sayuri Oda
CRC 1SP 282682/O-6